

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO  
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

**Maj Inf LUIS HENRIQUE CETRANGOLO DÓREA**

**A evolução histórica do Ministério da Defesa e as ações desenvolvidas para a conscientização da sociedade brasileira sobre os assuntos de defesa.**



Rio de Janeiro

2018

Maj Inf LUIS HENRIQUE CETRANGOLO DÓREA

**A evolução histórica do Ministério da Defesa e as ações desenvolvidas para a conscientização da sociedade brasileira sobre os assuntos de defesa.**

Projeto de Pesquisa apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como pré-requisito para matrícula no Programa de Pós-graduação *lato sensu* em Ciências Militares.

Orientador: Ten Cel Com Ronaldo André Furtado

Rio de Janeiro  
2018

D695e Dórea, Luis Henrique Cetrangolo.

A evolução histórica do Ministério da Defesa e as ações desenvolvidas para a conscientização da sociedade brasileira sobre os assuntos de defesa. / Luis Henrique Cetrangolo Dórea. — 2018.

73 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Ronaldo André Furtado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

Bibliografia: f 71 a 73.

1. \_\_\_\_\_.

Maj Inf LUIS HENRIQUE CETRANGOLO DÓREA

**A evolução histórica do Ministério da Defesa e as ações desenvolvidas para a conscientização da sociedade brasileira sobre os assuntos de defesa.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como pré-requisito para matrícula no Programa de Pós-graduação *lato sensu* em Ciências Militares.

Aprovado em \_\_\_\_ de novembro de 2018.

COMISSÃO AVALIADORA

---

RONALDO ANDRÉ FURTADO – Ten Cel Com – Presidente  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

JAURO FRANCISCO DA SILVA FILHO – Ten Cel Inf – Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

JOSÉ ROBERTO DE VASCONCELLOS CRUZ – Maj Inf – Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Aos homens e mulheres que empenham sua vida na defesa desta imensa nação, não por interesse mas por vocação.

## **AGRADECIMENTOS**

A gratidão é um dos sentimentos mais nobres que existem. Ser grato é abrir o coração e deixar fluir este sentimento que envolve a nossa alma. Ser grato é reconhecer um benefício que recebemos e que nada nos custou, embora seja algo tão caro e tão relevante. Para ser grato é preciso ter sensibilidade, humildade, enfim, é preciso ter amor. Só agradece as bênçãos de cada dia quem pode ver e sentir a beleza da flor, a importância do ar e a ternura do orvalho. A relva sorri e agradece na sua simplicidade sentindo de manhã os primeiros raios do sol, após uma noite fria e uma madrugada gélida. Assim devemos ser, assim devemos agir sendo gratos ao Criador que entre tantas dádivas nos deu a vida.

Desta forma, não me resta outra atitude senão a nobreza de agradecer. Agradecer a Deus pelo caminho que a mim destinou, pelas pedras que em meu caminho colocou, mas principalmente pela força para superar cada uma delas e chegar vitorioso até este momento.

Aos meus pais Isa e Beto, por me proporcionarem não só as ferramentas, mas o apoio necessário para percorrer esse caminho e me transformarem não só pelo amor, mas pelo exemplo.

A minha esposa Márcia, pela paciência, fé e dedicação sacerdotal sem a qual eu não teria o suporte necessário para prosseguir nesse caminho. Se hoje estou aqui muito devo a você! Te amo!

Ao meu Filho Luis Felipe, por sintetizar o que de melhor há em mim. Aquilo que em mim é falha em você se tornou qualidade, sem dúvida você será um homem muito melhor do que eu sou e tudo que fiz, faço e ainda farei tem um único objetivo: Ser motivo de orgulho aos seus olhos. Te amo com todas as minhas forças.

Ao meu orientador TC Furtado, pela paciência e orientação correta e oportuna sem a qual este trabalho não teria a mesma qualidade.

Aos companheiros de turma que nos momentos de dificuldade foram a base forte que, por intermédio do compromisso com o grupo, nunca me deixaram desistir ou sequer desanimar. Nenhum de nós é tão bom quanto todos nós juntos.

E por fim à instituição perene e secular, esteio da nação e reserva moral deste país, berço de heróis e guardião das mais valiosas tradições, ao Exército Brasileiro a minha vida por sua integridade.

A interação harmônica entre os órgãos da defesa e a sociedade dá maior dinâmica à ação estatal no provimento da segurança e da defesa do País. Essa interação contribui para o constante aperfeiçoamento da capacidade de identificação e análise de demandas de segurança e defesa nacionais. (Livro Branco de Defesa Nacional, 2016)

## RESUMO

O presente estudo trata sobre a criação e a evolução histórica do Ministério da Defesa e sua importância na consecução do objetivo de aproximar os segmentos civil e militar, conscientizando a sociedade sobre os assuntos de defesa. O término da II Guerra Mundial apresentou novos conceitos ao mundo, incluindo a necessidade de unificação entre as Forças Armadas e sua subordinação ao poder político civil. No Brasil, os primeiros passos nesse sentido aconteceram em 1946 com a criação do Estado Maior Geral e em seguida o Estado Maior das Forças Armadas. Apesar dos esforços conjuntos do segmento militar no sentido de unificação em prol da defesa do país, a falta de ameaças iminentes e a tradição pacífica do país consolidaram uma cultura de desinteresse por parte do segmento civil no que tange os assuntos de defesa. A partir de 1964, o protagonismo militar na política do país fortaleceu a temática de defesa na inversa proporção com que afastou os civis de tão importante assunto. O retorno dos civis à presidência, em 1985, reacendeu a necessidade de criação de uma pasta que unificasse as FFAA sob comando único. Desta forma, em 1999 foi criado o Ministério da Defesa que trouxe uma nova perspectiva às relações entre o segmento civil e militar. A partir da criação o MD, um dos objetivos primordiais da nova pasta foi o de desenvolver na sociedade uma nova mentalidade no tocante à defesa, desmistificando a idéia que a segurança da nação é um encargo exclusivo do segmento militar. Neste contexto o MD desenvolve uma série de ações com o objetivo de promover o debate e a formulação conjunta de políticas de defesa, ao mesmo tempo em que fomenta projetos e programas que incentivam a participação conjunta de toda a sociedade na defesa do Brasil.

Palavras-chave: Defesa, segurança, sociedade,



## **ABSTRACT**

The present study deals with the creation and historical evolution of the Ministry of Defense and its importance in achieving the objective of approaching the civilian and military segments, making society aware of defense issues. The end of II Great War brought new concepts to the world, including the need for unification between the Armed Forces and their subordination to political power. In Brazil, the first steps in this direction occurred in 1946 with the creation of the General Staff and then the General Staff of the Armed Forces. Despite the joint efforts of the military segment towards unification for the defense of the country, the lack of imminent threats and the peaceful tradition of the country consolidated a culture of disinterest on the part of the civilian segment in matters of defense. From 1964, the military protagonism in the country's politics strengthened the defense theme in the inverse proportion with which it removed the civilians from such an important subject. The return of civilians to the presidency in 1985 rekindled the need to create a portfolio that unified the armed forces under one command. In this way, in 1999 the Ministry of Defense was created, which brought a new perspective to the relations between the civil and military segments. From the creation of the MD, one of the prime objectives of the new portfolio was to develop a new defense mentality in society, demystifying the idea that the nation's security is an exclusive responsibility of the military segment. In this context, MD develops a series of actions aimed at promoting the debate and the joint formulation of defense policies, while promoting projects and programs that encourage the joint participation of all society in the defense of Brazil.

Keywords: defense, security, society,

## LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 – Extensão territorial do Brasil e fronteiras.....	14
Figura 2 – Amazônia Azul.....	15
Figura 3 – Estrutura do Poder Executivo Federal.....	19
Figura 4 – Base legal de Defesa.....	22
Figura 5 – Subordinação do MD e das FFAA.....	34
Figura 6 – Estrutura do Ministério da Defesa em 2006.....	36
Figura 7 – Estrutura atual do Ministério da Defesa.....	37
Figura 8 – Cronologia dos Min Def.....	48
Figura 9 – Cursos Regulares oferecidos pela ESG.....	60

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGU	Advocacia Geral da União
ASPLAN	Assessoria Especial de Planejamento
CACI	Curso Avançado de Crises Internas
CAED	Curso de Altos Estudos de Defesa
CAEPE	Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia
CAPES	Coordenação de Pessoal de Nível Superior
CDD	Curso de Diplomacia de Defesa
CDICA	Curso de Direito Internacional dos Conflitos Armados
CEAD-SUL	Curso Avançado de Defesa Sul-americana
CEMC	Curso de Estado Maior Conjunto
CENSIPAM	Centro Gestor e Operacional do SIPAM
CGERD	Curso de Gestão de Recursos de Defesa
CLMN	Curso de Logística e Mobilização Nacional
CMD	Conselho Militar de Defesa
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONJUR	Consultoria Jurídica
CSD	Curso Superior de defesa
CSIE	Curso Superior de Inteligência Estratégica
EB	Exército Brasileiro
ECEME	Escola de Comando e Estado Maior do Exército
EED	Empresas Estratégicas de Defesa
EMCFA	Estado Maior Conjunto das Forças Armadas
EMFA	Estado Maior das Forças Armadas
EMG	Estado Maior Geral
END	Estratégico Nacional de Defesa
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Força Aérea Brasileira
FFAA	Forças Armadas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GMD	Gabinete do Ministro de Defesa

GM	Guerra Mundial
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IBED	Instituído Brasileiro de Estudos de Defesa
Ict.	Instituição de Ciência e Tecnologia
IES	Instituição de Ensino Superior
IPC	Instituto Pandiá Calógeras
IPRI	Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais
LBDN	Livro Branco da Defesa Nacional
MB	Marinha do Brasil
MD	Ministério da Defesa
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti
MONUSCO	Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NOM	Nova Ordem Mundial
ONP	Objetivos Nacionais Permanentes
ONU	Organização das Nações Unidas
PAED	Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa
PECESG	Programa de Extensão Cultural da ESG
PEF	Plano Estratégico de Fronteiras
PND	Política Nacional de Defesa
SEORI	Secretaria de Orçamento e Organização Institucional
SEPESD	Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto
SEPROD	Secretaria de produtos de Defesa
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
UNIFIL	Força Interina das Nações Unidas no Líbano
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
1.1 O MINISTÉRIO DA DEFESA.....	18
1.2 AS RELAÇÕES ENTRE CIVIS E MILITARES NO BRASIL.....	22
<b>2 METODOLOGIA .....</b>	<b>25</b>
<b>3. A CRIAÇÃO E A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO MINISTÉRIO DA DEFESA NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....</b>	<b>27</b>
3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA.....	27
3.2 A CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA.....	30
3.3 A EVOLUÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA.....	33
3.3.1 ESTRUTURA GERAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA.....	34
3.3.1.1 ESTRUTURA DO MD NA SUA CRIAÇÃO.....	35
3.3.1.2 ATUAL ESTRUTURA DO MD .....	35
3.3.1.2.1 ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA AO MINISTRO DA DEFESA.....	38
3.3.1.2.2 ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO.....	39
3.3.1.2.3 ÓRGÃO CENTRAL DE DIREÇÃO.....	39
3.3.1.2.4 ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES.....	39
3.3.1.2.5 ÓRGÃOS DE ESTUDO, DE ASSISTÊNCIA E DE APOIO.....	40
3.3.2 A DIREÇÃO DO MD.....	40
3.3.2.1 O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1999 a 2002).....	41
3.3.2.2 O GOVERNO LULA (2003 a 2010).....	43
3.3.2.3 O GOVERNO DILMA ROUSSEF (2011 a 2016).....	45
3.3.2.4 O GOVERNO MICHEL TEMER (2016 a 2018).....	47
<b>4. AS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO MD PARA APROXIMAÇÃO DO SEGMENTO CIVIL E MILITAR E PARA CONSCIENTIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL SOBRE OS ASSUNTOS DE DEFESA.....</b>	<b>48</b>
4.1 PROJETOS DESENVOLVIDOS PELO MD.....	40
4.1.1 PROJETO RONDON.....	40
4.1.2 PROGRAMA CALHA NORTE (PCN).....	51

4.1.3 PROJETO SOLDADO CIDADÃO (PSC).....	53
4.1.4 PROGRAMA FORÇAS NO ESPORTE.....	54
4.2 ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA.....	56
4.2.1 CURSOS DESENVOLVIDOS PELA ESG.....	57
4.3 INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE DEFESA PANDIÁ CALÓGERAS (IBED - IPC).....	60
4.3.1 PROGRAMA ÁLVARO ALBERTO DE INDUÇÃO À PESQUISA EM SEGURANÇA INTERNACIONAL E DEFESA.....	61
4.3.2 PROGRAMA DE APOIO AO ENSINO E À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA EM DEFESA NACIONAL – PRÓ-DEFESA.....	64
<b>5. CONCLUSÃO</b> .....	<b>67</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A criação e a evolução histórica do Ministério da Defesa permitiram um desenvolvimento lógico e ordenado dos temas relacionados a defesa no Brasil, evitando a defasagem institucional face o contexto mundial e que se constituíram em ferramentas que influenciaram na conscientização da sociedade brasileira sobre os assuntos de defesa.

O Novo Ordenamento Mundial (NOM) foi estabelecido após o fim da Guerra Fria, materializado pela dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991, e estabeleceu um novo arranjo geopolítico na distribuição do poder em escala global. O fim do confronto bipolar não eliminou os desafios impostos ao Estado-Nação, mas fez emergir novas ameaças nacionais e transnacionais que desafiam o poder constituído tornando a Segurança e a Defesa Nacional assuntos de crescente relevância no século XXI.

O Brasil é o maior país da América Latina e o quinto maior do mundo em extensão territorial, abrangendo cerca de 8,5 milhões de km<sup>2</sup> de área terrestre e 4,5 milhões de km<sup>2</sup> de área marítima. Suas dimensões continentais permitem que o país estabeleça fronteira com 9 países sul-americanos e um território ultramarino francês, o que representa uma linha com cerca de 16 mil km de extensão terrestre, dos quais aproximadamente 12 mil correspondem à fronteira da Amazônia Legal.



**Figura 1** – Extensão territorial do Brasil e fronteiras

Fonte: IBGE (2016)

Já o litoral brasileiro se estende por cerca de 7,4 mil km cruzando importantes rotas de navegação, vitais para a economia nacional. Aí estão localizadas as reservas do pré-sal brasileiro, de alto significado econômico, político e estratégico segundo o Livro Branco de Defesa Nacional (2012), que passou a ser chamado de Amazônia Azul dada sua importância e significado.



**Figura 2 – Amazônia Azul**

**Fonte:** Defesanet

As características acima apresentadas potencializam a demanda de defesa do território na medida em que a globalização amplia suas vulnerabilidades.

Desta forma, evidenciou Olavo Bilac o seu conceito de Defesa Nacional por ocasião da criação da Liga de Defesa Nacional em 1916:

A defesa nacional é tudo para a nação. É o lar e a Pátria; a organização e a ordem da família e da sociedade; todo o trabalho, a lavoura, a indústria, o comércio: a moral doméstica e a moral política; todo o mecanismo das leis e da administração; a economia, a justiça, a instrução, a escola, a oficina, o quartel; a paz e a guerra; a história e a política, a poesia e a filosofia; a ciência e a arte; o passado, o presente e o futuro da nacionalidade. (BILAC, 1916)



Segundo Herzer (2016), A expressão Defesa Nacional sempre esteve diretamente associada às Forças Armadas (FFAA), a quem caberia a responsabilidade de defender a integridade da nação. Como a segurança da nação era percebida essencialmente como atividade militar, considerava-se que preservar a Segurança Nacional era dever das instituições militares e que a contribuição societária se limitava a proporcionar os meios necessários aos seus soldados.

A tradição pacífica do Brasil aliado ao relacionamento diplomático e amistoso com os países vizinhos moldou um notável desinteresse da sociedade brasileira sobre os assuntos de defesa, conforme afirma Herzer (2016), na verdade existe sim uma falta de interesse muito grande, uma aversão e um indesejável distanciamento da sociedade brasileira no que diz respeito aos assuntos ligados à defesa nacional.

Desta forma, as novas ameaças em um mundo geopoliticamente reorganizado e o desafio de unir, não só os segmentos militares e civis em torno do tema defesa, mas da conscientização da sociedade para o tema ganha uma nova dimensão no final do século XX onde, conforme o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), podemos entender que:

O setor de defesa de um país abarca uma série de instrumentos militares, econômicos e diplomáticos, cuja organização e execução possuem impacto não apenas para esse país, mas também para seus vizinhos – e, de maneira mais ampla, para toda a comunidade internacional. O conhecimento e a transparência a respeito dos objetivos e políticas de uma nação no âmbito da defesa nacional são fundamentais para o estabelecimento de relações de confiança tanto entre diferentes Estados nacionais, quanto entre sociedade e governo. É exatamente para esse objetivo que se presta o chamado **Livro Branco da Defesa Nacional**, que em conjunto com a **Estratégia Nacional de Defesa** e a **Política Nacional de Defesa**, são os principais instrumentos de esclarecimento e divulgação das atividades de defesa no Brasil, tanto para a sociedade brasileira, quanto para a comunidade internacional. (LBDN, 2012)

Atualmente, o Brasil apresenta um desenvolvimento econômico consistente que lhe proporciona uma maior projeção internacional, tornando o país uma potência regional e emergente segundo a Teoria do Poder de Karen Mingst. Esse posicionamento no cenário internacional exige uma adaptação, uma vez que se faz necessário uma mudança da postura estatal condizente com as aspirações internacionais, promovendo a reforma de importantes instituições, qualificando e permitindo sua interação como sistema internacional.

O próprio documento da Estratégia Nacional de Defesa (END), criado em 2008, ressalta a importância de se tratar desse tema para o país para que ele se

comporte como uma potência em ascensão no contexto global. Desta forma se faz necessário o envolvimento do povo no campo de defesa, condizente com o destaque brasileiro no contexto internacional, alcançado através de sua estabilidade política e econômica.

No que diz respeito ao lapso temporal, os estudos e discussões sobre a criação de um Ministério integrando a Marinha, o Exército e a Força Aérea data de meados do século passado. Nesse viés, a Constituição de 1946 já sinalizava a criação de um ministério único, instituindo o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), inicialmente chamado de Estado Maior Geral (EMG).

Durante o período dos Governos Militares a ideia da criação de um Ministério abrangendo a pasta da Defesa ganhou força, permanecendo latente durante toda a segunda metade do século XX, até a efetivação do Ministério da Defesa (MD) em 1999 no governo do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Atualmente são raros os países que não subordinam suas FFAA ao Chefe do Poder Executivo e gerenciados sob um órgão único de defesa. O Brasil buscou em países como Alemanha, Argentina, Chile, Espanha, Estados Unidos da América (EUA) e França, modelos que serviram de análise, fruto de similitudes como extensão territorial, população, efetivo das FFAA, entre outros.

As relações civis-militares no Brasil têm evoluído lentamente e teve como grande propulsor a criação do MD, uma década após a transição do Regime Militar, caracterizando de modo formal o controle civil sobre a pasta da defesa, passando a ser responsável pelas políticas de defesas nacionais e extinguindo os Ministérios da Marinha, Exército e Aeronáutica que passaram a ser denominados Comandos.

A Defesa Nacional não deve ser encarada como um tema exclusivo das FFAA, pois o seu alcance, no nível político, transcende o segmento militar e precisa atingir toda a sociedade brasileira. Há que existir uma co-responsabilidade civil-militar, pois cabe à sociedade definir o que deseja em relação à Defesa Nacional, arcando com os devidos custos, enquanto cabe às instituições militares, de posse dos recursos necessários, o planejamento e a execução da defesa.

O problema assinalado, no amplo espectro das relações entre civis e militares, desperta questões que envolvem a mentalidade de defesa no Brasil. Há um grande interesse de se avaliar o nível de conscientização e a percepção da sociedade para os assuntos de defesa nacional. Afinal, o desenvolvimento de mentalidade de defesa

no seio da sociedade brasileira é fundamental para sensibilizá-la acerca da importância das questões que envolvem ameaças à soberania, aos interesses nacionais e à integridade territorial do País.

Portanto, trata-se de um assunto de extrema modernidade e de interesse para o Exército, para o MD e para todo o cidadão dessa imensa Nação brasileira, tendo em vista a prioridade que está sendo direcionada às ações estratégicas da PDN.

É no contexto acima descrito, pois, que emerge a problemática da pesquisa que ora se delinea. Em um contexto de um mundo com novas ameaças nacionais e transnacionais que podem comprometer a soberania do território nacional, **qual o papel do MD e sua importância na conscientização da Sociedade Brasileira sobre os assuntos de defesa como forma de garantir a soberania do Brasil?**

## 1.1 O MINISTÉRIO DA DEFESA

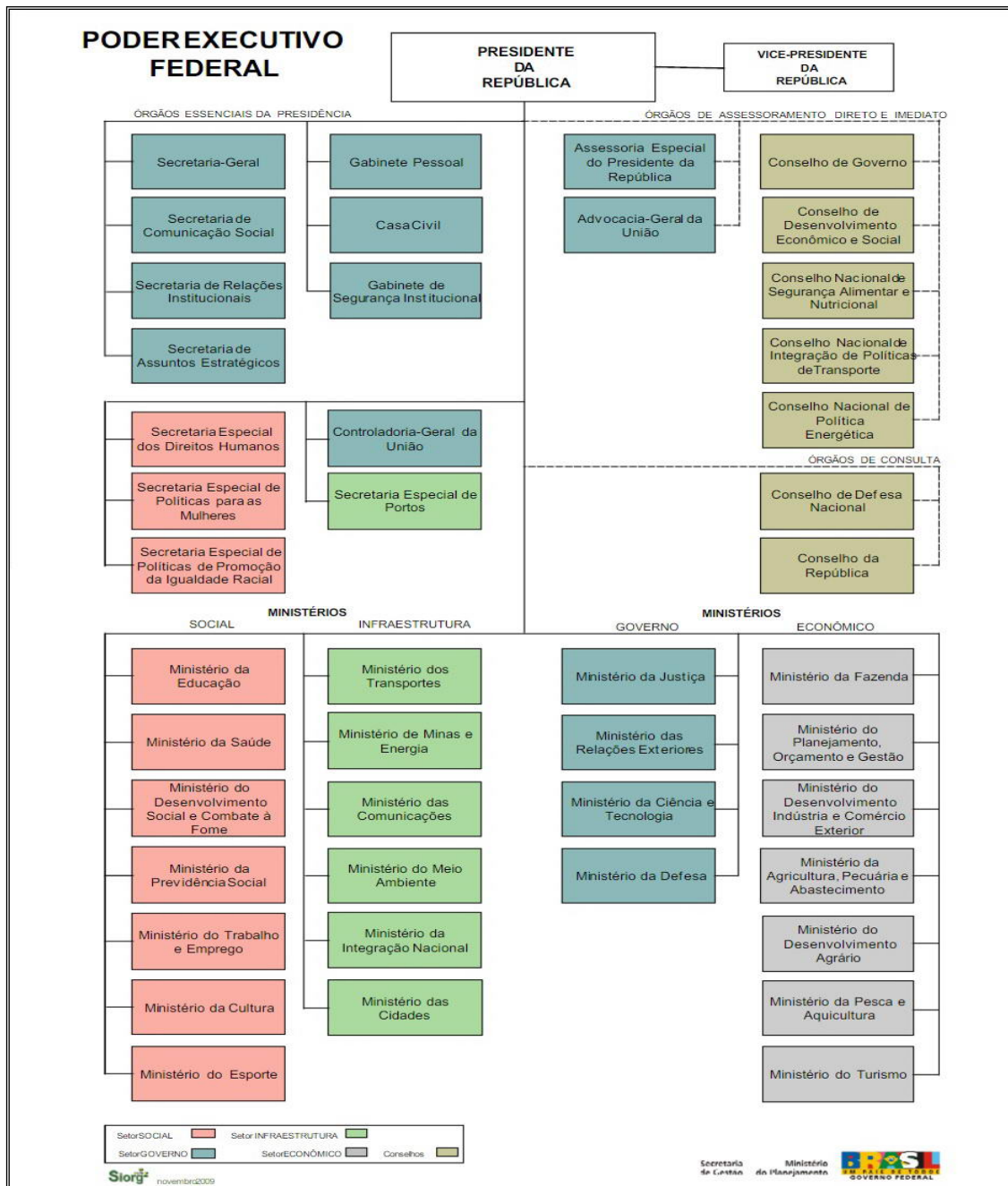
Para que possamos ter uma visão ampla e consistente a cerca da importância do Ministério da Defesa e como o mesmo influencia a sociedade brasileira, se faz necessário, inicialmente uma rápida abordagem a cerca da inserção dos ministérios na política nacional e qual a sua importância para os assuntos de relevância para o país.

O Poder Executivo Federal é composto por órgãos que se dividem entre a Presidência, órgãos especiais da presidência, órgãos de assessoramento direto e imediato e Ministérios. Estes componentes, por sua vez, são distribuídos nos setores Econômico, Infraestrutura, Governo, Social e Conselhos. Segundo esta organização, o MD é um ministério do setor de Governo.

Seguindo os princípios que regem o Estado Democrático de Direito e a divisão dos poderes constitucionais, os ministérios são órgãos integrantes do poder executivo federal brasileiro. Atualmente existem 29 pastas ministeriais que estão organizadas em 23 ministérios, duas secretarias e quatro órgãos equivalentes a ministérios. Esta divisão permite que cada pasta ministerial se encarregue de uma área específica, sendo chefiada por um ministro que realizará o assessoramento ao Presidente da República nos assuntos afetos a sua pasta.

Os ministérios possuem autonomia técnica, financeira e administrativa para executar as ações nas suas áreas de competência, e integram a cúpula administrativa. Também é de responsabilidade dos ministérios estabelecer estratégias, diretrizes e

prioridades na aplicação de recursos públicos, bem como criar normas, acompanhar e avaliar programas federais. Cada ministro é escolhido nominalmente pelo Presidente da República, sendo a chefia do Ministério de Estado da Defesa o único privativo de brasileiros natos, já destacando aí a importância da pasta para os assuntos de relevância nacional.



**Figura 3 – Estrutura do Poder Executivo Federal**

**Fonte:** Ministério do Planejamento

Neste contexto, cabe ao Ministério da Defesa, como órgão do Governo Federal, exercer a direção superior das Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo

Exército e pela Aeronáutica. Uma de suas principais tarefas é o estabelecimento de políticas ligadas à Defesa e à Segurança do País, caso da Política de Defesa Nacional. É ainda o principal articulador de ações que envolvam mais de uma Força Singular. O MD tem sob sua responsabilidade uma vasta e diversificada gama de assuntos, alguns dos quais de grande sensibilidade e complexidade, como, por exemplo, as operações militares; o orçamento de defesa; política e estratégia militares; e o serviço militar.

É missão do MD esclarecer e mobilizar a sociedade brasileira em torno de uma estratégia nacional de defesa que assegure os interesses e a soberania do Brasil. Segundo a **Política Nacional de Defesa**, a Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas tendo como principais objetivos:

- I. Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial;
- II. Defender os interesses nacionais, as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior;
- III. Contribuir para a preservação da coesão e unidade nacionais;
- IV. Contribuir para a estabilidade regional;
- V. Contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais;
- VI. Intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais;
- VII. Manter as Forças Armadas aprestadas, modernas e integradas; com crescente profissionalização, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional;
- VIII. Conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do país;
- IX. Desenvolver a Base Industrial de Defesa nacional, orientada para o desenvolvimento e conseqüente autonomia em tecnologias indispensáveis;

**X.** Estruturar as Forças Armadas em torno de capacidades, dotando-as de pessoal e material compatíveis com os planejamentos estratégicos e operacionais; e

**XI.** Desenvolver o potencial de logística de defesa e de mobilização nacional.

Desta forma, segundo o número VIII, cabe ao MD a importante tarefa de integrar a sociedade brasileira, conscientizando os diversos setores civis sobre a importância da coesão nacional nos assuntos relacionados a defesa. A busca constante da integração entre civis e militares vem se constituindo em grande desafio a este órgão federal.

O MD buscou elaborar políticas e estratégias voltadas para a defesa nacional e que integrem civis e militares em conjunto no seu planejamento, concepção e execução. O Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) é o mais completo e acabado documento acerca das atividades de defesa do Brasil. De forma abrangente, visa esclarecer a sociedade brasileira e a comunidade internacional sobre as políticas e ações que norteiam os procedimentos de segurança e proteção à nossa soberania, citando no seu capítulo 4 que:

A interação harmônica entre os órgãos da defesa e a sociedade dá maior dinâmica à ação estatal no provimento da segurança e da defesa do País. Essa interação contribui para o constante aperfeiçoamento da capacidade de identificação e análise de demandas de segurança e defesa nacionais. (LBDN, 2012)

Verifica-se que o LBDN representa um grande esforço democrático na construção de um conceito de Defesa Nacional. Elaborado com a participação da comunidade acadêmica, do setor empresarial e da sociedade em geral, por meio de audiências públicas realizadas em diferentes cidades do país, possibilita não só aprofundar o conhecimento da população sobre a temática militar, bem como engajá-la nas indispensáveis discussões relacionadas à Defesa Nacional e traçar as diretrizes para a Política Nacional de Defesa (PND), e a Estratégia Nacional de Defesa (END). Ele estabelece, em seu capítulo 4 que:

A interação harmônica entre os órgãos da defesa e a sociedade dá maior dinâmica à ação estatal no provimento da segurança e da defesa do País. Essa interação contribui para o constante aperfeiçoamento da capacidade de identificação e análise de demandas de segurança e defesa nacionais. (LBDN, 2012)

No mesmo alinhamento ideológico, a PND é o documento condicionante de mais alto nível do planejamento de ações destinadas à defesa nacional coordenadas pelo Ministério da Defesa. Voltada essencialmente para ameaças externas, estabelece objetivos e orientações para o preparo e o emprego dos setores militar e civil em todas as esferas do Poder Nacional, em prol da Defesa Nacional.

Em conjunto com a PND, a END é o documento que institui ações estratégicas de médio e longo prazo e objetiva a modernização da estrutura nacional de defesa. Também trata das questões político-institucionais que garantam os meios para fazer com que o governo e sociedade se engajem decisivamente na “grande estratégia” de segurança da nação.



**Figura 4** – Base Legal de Defesa

**Fonte:** Ministério da Defesa

Fica evidente a preocupação do governo em integrar todos os setores da sociedade no esforço conjunto de promover o desenvolvimento e o fortalecimento dos aspectos inerentes a defesa, tendo o MD papel primordial neste contexto.

## 1.2 AS RELAÇÕES ENTRE CIVIS E MILITARES NO BRASIL

Para que se possa buscar e desenvolver uma maior conscientização da sociedade no que tange os assuntos relacionados a defesa, é preponderante entender e aperfeiçoar o relacionamento entre os segmentos militar e civil de uma nação. Conforme afirma HUNTINGTON (1996), países que não conseguem manter um

quadro equilibrado de relação entre civis e militares desperdiçam recursos e correm riscos incalculáveis.

A própria criação do MD, denota a importância da interação entre civis e militares, buscando superar divergências em busca de um objetivo comum, sendo a relação entre civis e militares definidas por Herzer como:

A interação existente entre as FFAA de um determinado país e setores da sociedade a qual elas pertencem. Em termos amplos, essas relações podem variar desde o total controle dos militares sobre os civis ou, ao contrário, dos civis sobre militares, até a aceitação de troca de influências mútuas entre os dois segmentos a sociedade. (HERZER, 2016)

A relação entre civis e militares é um tema antigo que permeou diversas sociedades e nações ao longo da história. Importantes pensadores, civis e militares buscaram estabelecer um equilíbrio entre homens da política e da guerra. Sun Tzu, um dos mais importantes estrategistas da guerra, em seu livro “A arte da Guerra”, afirmava que:

Fazer nomeação é a incumbência do Soberano; decidir na batalha, é do General. O General é o protetor do Estado[...] [...]O Soberano que consiga a pessoa adequada, prospera. Aquele que erra na escolha, ficará arruinado, deixando clara a subordinação do segmento militar ao político.

Por outro lado, CLAUSEWITZ, no seu livro “Da Guerra”, afirma que a subordinação do ponto de vista político ao ponto de vista da guerra, seria absurda, visto que foi a política que preparou a guerra, desta forma a política é a faculdade intelectual, a guerra só é o instrumento, e não o inverso.

Fica nítido que a relação entre civis e militares, mesmo que do ponto de vista institucional, remete a idéia de submissão ou subordinação, o que pode gerar desconfianças e arestas, uma vez que a diferença de pensamento pode levar a desconfiança mútua quanto aos objetivos.

No Brasil, o início das relações entre militares e civis se confunde com a própria criação do exército em 1648, quando brancos, negros e índios se uniram para expulsar o invasor holandês. Da própria união ocorreu a gênese do segmento militar brasileiro. Esta relação acompanhou todo o período colonial e monárquico, tendo como ponto culminante de divergências entre os dois segmentos, a Proclamação da República em 1889.

A partir de 1964, o Brasil viveu um período de 21 anos de governos militares onde o poder político e o militar confundiram-se e seguiram o mesmo alinhamento.



A partir de 1985, o retorno de um civil à presidência estabeleceu nova e fundamental etapa da nossa história no que diz respeito as relações entre os dois segmentos.

Desta forma, o tema relações civis-militares é especialmente relevante no Brasil pelas características da transição democrática expostas acima, a qual trouxe dificuldades para a institucionalização do controle civil democrático sobre os órgãos de força do Estado (Forças Armadas, Polícia e Serviços de Inteligência), contribuindo para a criação tardia do órgão que por excelência trata das questões militares em uma democracia, o Ministério da Defesa.

Entretanto, conforme afirma Fernandes (2016), as relações civil-militares são um tema complexo e amplo, cuja abordagem pode assumir diversos perfis. Ora relaciona-se ao grau de interação das instituições militares e civis, ora se foca em questões políticas, ora em aspectos de gestão, ora aborda, sob uma roupagem sociológica, o relacionamento entre militares e civis, o comportamento daqueles perante a sociedade.

No atual contexto mundial, as relações civis militares se fazem fundamentais para a estabilidade democrática. Porém, ainda persistem dois grandes óbices para uma perfeita integração, e que devem ser objetivos permanentes do MD. O primeiro, são as dificuldades de comunicação e a necessidade de se criar laços institucionais que equalizem a compreensão e a confiança entre as (FFAA) e servidores civis. O segundo, a importância da capacitação dos servidores civis para o trabalho específico realizado no MD e sua relação com a prosperidade da instituição.

## 2. METODOLOGIA

O presente capítulo tem por objetivo apresentar o caminho que se pretende percorrer para solucionar o problema de pesquisa especificando os procedimentos necessários para alcançar os objetivos geral e específicos apresentados. Desta forma pautando-se em uma sequência lógica o mesmo está configurado da seguinte maneira: tipo de pesquisa, universo e amostra, coleta de dados, tratamento de dados e limitações do método.

Assim, seguindo a Taxionomia de Vergara (2009), por meio de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica, descritiva e documental buscou-se compreender a evolução histórica do MD e sua importância para a conscientização da sociedade brasileira sobre os assuntos de defesa.

Ela será uma pesquisa qualitativa, pois contemplará a subjetividade, a descoberta, a valorização da visão de mundo dos sujeitos. Irá requerer uma procura mais profunda, para entender a real dimensão da conscientização da sociedade brasileira no tocante aos assuntos de defesa após a criação do MD.

Será bibliográfica porque realizará um estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, ou seja, material acessível ao público em geral, que aborde o histórico do MD e sua importância dentro da sociedade brasileira.

Nesse sentido, será uma pesquisa descritiva pois pretende descrever as ações desenvolvidas pelo MD que permitiram despertar o interesse e uma maior conscientização da sociedade brasileira sobre os assuntos de defesa, podendo servir de base para outros trabalhos posteriores.

Ela também será documental, pois abrangerá a análise de documentos conservados no interior de órgão públicos e privados de qualquer natureza ou com pessoas: registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, comunicações informais, que abordem a importância do MD para a conscientização da sociedade brasileira sobre os assuntos de defesa.

No que diz respeito a coleta de dados, será realizada por meio de consultas junto aos bancos de dados da Plataforma Lattes, do Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e das bibliotecas virtuais Scielo, Google Acadêmico, além de pesquisa junto à biblioteca virtual e física da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME) e da Escola Superior de

Guerra (ESG). Ademais, serão consultados manuais militares do Exército Brasileiro e plataformas virtuais dentre outros órgãos do Governo Federal.

Nesse sentido, a coleta será feita em fontes abertas ao público em geral e outros documentos ostensivos, evidenciando não somente a evolução histórica do MD mas também a sua importância para a conscientização do segmento civil da sociedade sobre os assuntos de defesa.

Será ainda uma coleta longitudinal, pois serão levantados dados em períodos distintos de tempo, de forma a concluir sobre os reais efeitos da criação do MD para o desenvolvimento de uma mentalidade de defesa dentro da sociedade brasileira.

Quanto ao tratamento dos dados levantados, devido à natureza do problema, a pesquisa irá utilizar métodos e técnicas não estatísticas, que codificam os dados, estruturando-os para a devida análise (BRASIL, 2012). Dessa forma, será feita uma análise crítica com bases historiográfica.

Ela fará uma análise de conteúdo, que é uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema (VERGARA, 2009, p.15). Neste contexto, este trabalho estudará documentos, que apresentem os antecedentes, a criação e a evolução do MD e como a política adotada por esse ministério influenciou a conscientização da sociedade brasileira sobre os assuntos de defesa.

A principal limitação da pesquisa se coloca sobre o enfoque que privilegia uma observação do autor sob o ponto de vista militar. Desta forma, as percepções e a conclusão a cerca dos efeitos sobre a sociedade civil serão baseadas em documentos e não em uma percepção completa e interior. Todavia, ao abordar o assunto sob o enfoque da contribuição é possível minimizar distorções na medida em que procura analisar os efeitos positivos da pesquisa.

Não serão abordados, de forma detalhada, aspectos anteriores ao início do recorte temporal (II GM), buscando estabelecer de forma prioritária os acontecimentos ocorridos a partir da segunda metade do século XX.

### **3. A CRIAÇÃO E A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO MINISTÉRIO DA DEFESA NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

A criação e a evolução histórica do MD estiveram inseridas no contexto mundial e no momento histórico vivido no país. Estes antecedentes históricos aliados a necessidade de segurança e defesa foram as molas mestras que impulsionaram, de forma cronológica, a ampliação da mentalidade de defesa no país criando as condições necessárias para a consolidação do referido ministério e sua evolução histórica na sociedade brasileira.

É importante ressaltar que a criação do MD não se caracterizou em fato isolado ou de caráter político unilateral, mas de uma necessidade latente que se apresentou como evolução da sociedade brasileira. Para que se entenda a importância não só do estreitamento das relações entre civis e militares, mas na conscientização da própria sociedade para os assuntos de defesa se faz necessária uma ambientação histórica.

Desta forma, podemos distinguir os antecedentes que impuseram as necessidades de sua criação bem como a cronologia dos acontecimentos que levaram a efetivação do MD tendo como ponto o período pós II GM. No que tange a sua criação é irrefutável o fato de que, a eleição do presidente FHC foi a propulsão que realmente efetivou a unificação das FFAA sob um ministério único e permitiu a sua posterior evolução.

Assim, se faz necessário descrever, de forma distinta, os antecedentes, a criação e a evolução histórica do MD na sociedade brasileira.

#### **3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA**

O direcionamento e os esforços políticos e operacionais nas Forças Armadas no Brasil nem sempre agiram com pensamento único, porém sempre com total entendimento e respeito mútuos. A falta de pensamento conjunto delineava um cenário onde cada Força estudava as soluções dos seus problemas para o cumprimento de sua missão constitucional. Ainda no final do século XX não havia, no Brasil, uma secretaria, ministério, instituição ou órgão militar hierarquicamente superior que unificasse e padronizasse pensamentos, planejamentos e procedimentos nas Forças Armadas. Cada Força possuía seu ministério militar e,

portanto, defendia seus interesses. Discordava-se em pontos de vista, mas não se via, fora dos muros castrenses, desavenças.

Compreender os aspectos que antecederam a criação do MD é fundamental, na medida em que permitem entender o cenário social e político vivenciado no país, seu entorno e as razões que levaram a criação do MD.

Embora a idéia de defesa do território nacional seja antiga, o fim da **II Guerra Mundial** (GM) pode ser considerado um importante marco para a criação de uma mentalidade de defesa integrando civis e militares. Considerado o maior conflito militar da história da humanidade, a II GM teve seu fim em 1945 e trouxe as primeiras modificações significativas na estrutura de defesa brasileira.

Terminada a II GM, com o cessar fogo em 2 de maio de 1945, o retorno de nosso contingente expedicionário foi iniciado. As experiências adquiridas deixaram um legado de orientações e procedimentos que passariam a ser praticados, particularmente pelos países vencedores. A utilização conjunta ou combinada das três Forças, bem como a coordenação entre elas era um exemplo desse legado.

Ficou clara a necessidade da criação de um órgão de alto nível de planejamento que permitisse a coordenação e o emprego das FFAA de forma conjunta. Desta forma foi criado em 1946, durante o governo Dutra, o Estado-Maior Geral (EMG), com o objetivo preparar as decisões relativas a organização e emprego conjunto das Forças Armadas e os seus planos correspondentes. Sua criação permitiu uma melhor coordenação interna entre as seções e outras Secretarias e vislumbrou a troca de informações entre os militares e os civis. Essa troca de experiências profissionais com o setor civil não era prática comum até então e o que se viu foi, pela primeira vez, civis trabalhando com militares em alto nível.

O Estado Maior Geral teve a duração de dois anos. Em 24 de dezembro de 1948, o presidente Eurico Gaspar Dutra criou o Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), que substituiu o EMG e recebeu status de ministério, assim como os da Marinha, Exército e Aeronáutica. Sua criação permitiu despertar nas elites brasileiras a visão de que os assuntos de defesa e segurança não mais pertenciam exclusivamente as FFAA, mas a todos os cidadãos. Estava claro que a dormência do país face as ameaças latentes de caráter interno ou externo, colocou-nos em situação crítica face a falta de planejamento de preparo e mobilização.

A estrutura do EMFA introduziu alterações na antiga organização do EMG, dando nova redação ao Decreto-lei nº 9.520, de 25 de julho de 1946. Seu objetivo

maior era preparar a organização e emprego em conjunto das Forças Armadas e os planos correspondentes além de buscar o alinhamento no preparo e na mobilização total da nação para a guerra. Assim como no EMG, o EMFA utilizou civis na sua composição. Os civis eram intitulados “membros consultivos e assessores especializados” e estariam no nível de assessoria e consultoria.

Em 1949 foi criada a Escola Superior de Guerra pela Lei 785/49, como um Instituto de Altos Estudos de Política, Defesa e Estratégia, buscando desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários ao exercício de funções de direção e assessoramento superior para o planejamento da Defesa Nacional, nela incluídos os aspectos fundamentais da Segurança e do Desenvolvimento. Com tempo se consolidou como centro de estudos e pesquisas, a ela competindo planejar, coordenar e desenvolver os cursos que forem instituídos pelo Ministro de Estado da Defesa. A busca pelo estímulo intelectual multidisciplinar fez com que em 1951, além de militares dos estamentos superiores das três forças, a Escola recebesse também a contribuição de civis do mais alto nível dos diversos segmentos profissionais da sociedade.

A partir de 1964 os militares passaram a governar o país e o assunto defesa ganhou uma nova dimensão. O Presidente da República Marechal Castelo Branco defendia, antes mesmo de assumir a presidência, a tese da criação de órgão a nível setorial nos moldes do atual Ministério da Defesa:

Há um princípio, segundo o qual a todo empreendimento (planejamento, operação militar) corresponde uma administração. Não é possível alterar em qualquer escalão sem que as alterações tenham uma administração correspondente para apoiá-las e acioná-las. O que encontramos entre nós é que, em cada Força, o Ministro tem o seu Estado-Maior. Para as Forças Armadas, o que existe é o Presidente da República e o Estado-Maior das Forças Armadas. Não existe uma administração das Forças Armadas. A Constituição descarregou-a nos Ministérios Militares. Qual a solução? É o Ministério das Forças Armadas. Dizem que este é uma solução para país rico. Penso que é o país pobre que dele mais precisa para melhor coordenar e melhor distribuir o pouco dinheiro destinado às Forças Armadas. O Ministério das Forças Armadas é uma necessidade, não um luxo. Mas, hoje, seria demais. Não há ainda um ambiente apropriado. Não há mesmo oportunidade para o feliz êxito de sua criação. Nem mesmo há um ambiente político propício. Creio até, que o estabelecimento, hoje, do Ministério das Forças Armadas, constituísse um mal para a nossa organização militar. (Gen. Humberto de Alencar Castello Branco, pronunciamento na ECEME, 1958).

Durante a presidência, assinou o Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967, que previa a promoção de estudos para elaborar o projeto de lei de criação do Ministério das Forças Armadas. No entanto, a proposta foi abandonada.

Apesar dos esforços para a unificação não só das três forças, como a inserção de civis nos altos níveis de planejamento da defesa, ainda se considerava prematuro abrir os segredos militares para todos. Os civis, embora designados pelo Presidente da República, estariam contratados para períodos temporários para tratar de assuntos de caráter não militar. Defesa ainda soava como assunto para militares. O EMFA encerrou suas atividades, no Rio de Janeiro, em 7 de abril de 1969, então capital do Brasil e passou a ocupar o bloco “A” da esplanada dos Ministérios, em Brasília onde permaneceu até 1999. Ano de criação do Ministério da Defesa.

Durante a Assembléia Nacional Constituinte de 1988, o assunto voltou a ser motivo de debate no nível político. Representantes civis e militares se reuniram em torno do tema, porém haviam muitas divergências a cerca de sua efetividade e praticabilidade. As Forças Armadas, inicialmente, se colocaram contra a unificação sob a tutela de civis, com o argumento de que a criação de um ministério abrangendo as FFAA implicariam em uma concentração administrativa e de poder que permeava os alicerces de um regime autoritário. O Almirante Sérgio Tasso Vasques de Aquino, receoso dos destinos que poderiam ser tomados e a colocação dos interesses da marinha em segundo plano afirmou que era “inóqua para o aperfeiçoamento da eficiência e do aprestamento da FFAA para a guerra”, e a discussão, mas não prosperou.

Desta forma o instamento militar permaneceu sob a égide de cinco autoridades ligadas aos assuntos de defesa até a unificação em 1999. Além dos Ministérios das três forças, somavam-se a Casa Militar e o Estado-Maior das Forças Armadas.

### 3.2 A CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

Se o fim da II Guerra Mundial pode ser considerado o marco para a criação de uma mentalidade de defesa integrando civis e militares no Brasil, por similitude podemos considerar a eleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso como marco para a criação do Ministério da Defesa.

Após a transição do regime militar para o regime democrático, o final da década de 1980 e início de 1990 vivenciou uma política de Defesa com total autonomia dos militares, havendo mínima coordenação entre as três forças armadas ou qualquer guia político, para as decisões a serem tomadas. Essa dicotomia permitiu que a pasta da Defesa assumisse objetivos diferentes dos interesses políticos nacionais.

Esse distanciamento tornavam o país frágil e se constituía em grande óbice para o processo de inserção nacional no sistema. Tal fato explica, por si só, já enseja a necessidade vital em busca de uma da reestruturação da Defesa Nacional.

Fernando Henrique Cardoso, ainda durante sua campanha para a presidência, nominou a criação do Ministério da Defesa como uma das pautas do seu plano de governo. Apesar de parecer algo distante, a intenção de unificar as três forças sob a égide do poder civil volta a ter relevância, principalmente pelo contexto mundial.

A unificação de militares sob um comando único não era um conceito novo, podendo-se, inclusive, afirmar que o Brasil foi um caso de criação tardia do Ministério da Defesa, em relação a outros países. Eleito presidente, e assumindo seu mandato em janeiro de 1995, Fernando Henrique Cardoso declarou que, em seu plano de governo, estava prevista a discussão para criação do MD.

A intenção do então presidente FHC era implementar o Ministério ainda no primeiro mandato. O objetivo era otimizar o sistema de defesa nacional, formalizando uma política de defesa sustentável e integrar as três Forças, racionalizando as suas atividades integrando civis.

Em sua 1ª Sessão Legislativa Ordinária, na qual emitiu mensagem ao Congresso, FHC deixou de abordar o tema defesa de forma individualizada, deixando de citar, ainda, temas como política externa repercutindo como falta de prestígio político não só aos militares, mas a um assunto de relevância nacional e seus agentes.

Entretanto, durante os anos de 1995 e 1996, o EMFA prosseguiu nos estudos no sentido de criação do MD, e constatou que entre 179 países, apenas 23 não possuíam FA integradas por um único Ministério. Porém, dentre esses 23 países apenas três possuíam relevância no contexto internacional que justificasse, a criação de um Ministério da Defesa, como extensão territorial e FFAA treinadas e estruturadas sendo o Brasil um deles.

Desta forma, buscou-se em outros países, que apresentasse similitudes com o Brasil, modelos que balizassem os trabalhos. Os Ministérios da Defesa da Alemanha, da Argentina, do Chile, da Espanha, dos Estados Unidos da América (EUA), da França, da Grã-Bretanha, da Itália e de Portugal foram escolhidos para análise aprofundada porque possuíam algum tipo de identificação com o Brasil, como extensão territorial, população, efetivo das FFAA, entre outros fatores.

Já em 1996 a abordagem no congresso foi um pouco mais abrangente e o presidente FHC, ao se dirigir ao congresso, menciona pela primeira vez a Defesa



Nacional abordando projetos em andamento e diretrizes para o desenvolvimento da atividade como vemos:

A modernização das Forças Armadas, através de investimentos em meios de combate modernos, tecnologia e sistemas logísticos integrados, constitui o foco da política do Governo no que se refere à defesa nacional. Dar-se-á prioridade à estruturação de um núcleo dotado de capacidade operacional e poder dissuasório, sendo fortalecida a presença militar na Amazônia. É propósito do Governo construir um "Aparelhamento Militar" que permita manter adequado poder dissuasório e de garantia da Defesa Nacional. Com esse objetivo foram desenvolvidas ações nas três Forças. (FHC,1996)

A abordagem apresentada pelo presidente representou uma nova perspectiva para a defesa, permitindo a adoção de medidas mais concretas inclusive no âmbito legislativo, e colocou em destaque assuntos tão caros às FFAA como equipamento e capacitação. Porém o país ainda carecia de um documento de alto nível que orientasse os assuntos de defesa no nível político. Em 1997, em nova mensagem ao Congresso o presidente faz referência a recém formulada Política de Defesa Nacional nos seguintes termos:

Concisa na forma e abrangente no conteúdo, a Política de Defesa Nacional proposta pelo Governo Federal representa importante avanço conceitual por refletir considerações de ordem militar e civil. Anuncia a necessidade de uma política de defesa sustentável, estabelecendo vínculo entre a segurança do Estado e o bem-estar da sociedade. (FHC,1997)

Em 1998, seguindo o impulso proporcionado pela PDN, o EMFA aprofundou o estudo no sentido da unificação das FFAA, embasado no modelo de outros países e que permitiu a moldagem de um formato nacional, ficando não só evidente como eminente a criação do MD, traduzidos nas palavras do presidente:

Foram concluídos os estudos exploratórios que auxiliaram na decisão política do Governo de criar o Ministério da Defesa. A estrutura a ser adotada no Brasil não será uma importação, pura e simples, de modelo de outros países, mas deverá preservar os avanços conquistados, suas tradições, seus usos e costumes, visando, entre outros objetivos, racionalizar o preparo e o emprego das Forças Armadas. (FHC,1998)

Com o objetivo de consolidar a criação do MD, o presidente FHC criou o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) que definiu as diretrizes para implantação do MD. Porém, a proximidade do fim de seu mandato colocou a efetivação do ministério, postergando sua implementação.

A Reeleição de FHC em 1998 para o seu segundo mandato, abriu o caminho para a criação do MD. O Presidente nomeou o senador Élcio Álvares ministro

extraordinário da Defesa, em 1º de janeiro de 1999 sendo ele responsável por conduzir os detalhes necessário para a implantação do órgão.

A Lei Complementar 97, de 9 de junho de 1999, que criou oficialmente o Ministério da Defesa, extinguindo os ministérios militares, que se transformaram em comando, e o Estado-Maior das Forças Armadas.

### 3.3 A EVOLUÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

A criação do MD pode ser considerada o mais importante passo na busca de uma mentalidade de defesa integrada entre civis e militares. Para Thomas Bruneau (2001, p.13), o Ministério da Defesa é um fator crucial para consolidar os parâmetros das relações civis-militares em uma democracia. O autor afirma que, sem um Ministério da Defesa, é impossível estabelecer o controle civil democrático.

Desta forma, como Órgão de Administração Pública Federal, passou a ser de responsabilidade do MD a missão de coordenar o esforço integrado de defesa, bem como contribuir para a garantia da soberania, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem e do patrimônio nacional, contribuindo, também para a salvaguarda dos interesses nacionais e o incremento da inserção do Brasil no cenário internacional, segundo o LBDN (2012).

Entretanto, sua criação estava longe de ser um ato finalístico, mas o início de um longo processo permeado por um desenvolvimento constante como fica claro nas palavras do presidente FHC:

“A implantação do Ministério da Defesa não se resume e não se encerra no ato de sua criação. Constitui um processo de evolução contínua, necessária e salutar”. (FHC, 1999).

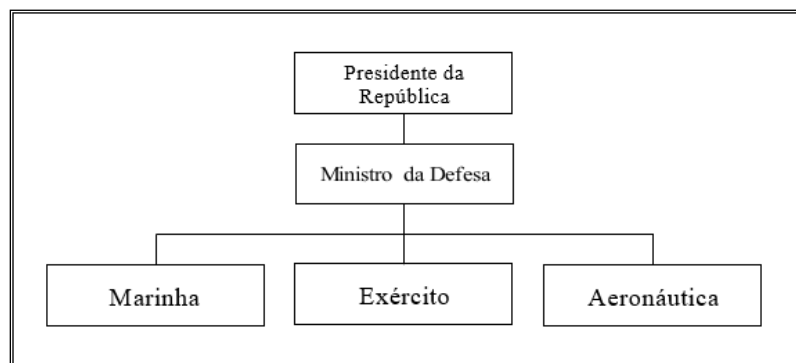
O MD passou a ser o responsável pelo conhecimento e a transparência no âmbito da defesa nacional e o estabelecimento de relações de confiança tanto entre diferentes Estados nacionais, quanto entre sociedade e governo. Para a consecução desse passou a ser o responsável pela formulação do **Livro Branco da Defesa Nacional**, que em conjunto com a **Política Nacional de Defesa** e a **Estratégia Nacional de Defesa**, são os principais instrumentos de esclarecimento e divulgação das atividades de defesa no Brasil, tanto para a sociedade brasileira, quanto para a comunidade internacional. Os três documentos são referências fundamentais para o entendimento dos assuntos de defesa no Brasil e representam grandes marcos na transparência e divulgação de informações sobre o tema para a sociedade brasileira.

Após a sua criação, o MD iniciou o processo de evolução passando a ser o responsável pelo aprimoramento nas relações entre os civis e militares e procurando inculcar em todos os segmentos da sociedade uma mentalidade voltada para a defesa, exercendo papel fundamental na democracia. Como afirma FUCILE (2006 pag. 92), a criação do MD representou um avanço indiscutível para o fortalecimento da democracia, abrindo as portas para a coesão entre civis e militares, se constituindo em importante ferramenta para o exercício do controle civil sobre as instituições militares.

### 3.3.1 ESTRUTURA GERAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA

O modelo organizacional do MD refletiu a orientação basilar de integrar as três forças sob o direcionamento civil, ao colocar as FFAA a serviço de uma única política, em um ambiente de coordenação e integração de meios e esforços. A Marinha, Exército e Aeronáutica passaram a ser subordinados ao poder político civil. Além deles, cinco grandes segmentos foram contemplados na estrutura do MD.

Para quantificar e perceber a evolução histórica do MD, um dos aspectos relevante é a sua estrutura organizacional básica.



**Figura 5** – Subordinação do MD e das FFAA

**Fonte:** O autor

Desta forma, se faz necessário um conhecimento amplo da estrutura do MD, como forma de analisar o impacto da presença civil na pasta, observando a organização e as funções deste órgão. A partir de sua criação o MD passou a integrar.

#### 3.3.1.1 ESTRUTURA DO MD NA SUA CRIAÇÃO

A estrutura adotada pelo MD tinha a seguinte configuração: órgãos de assistência direta e imediata (Gabinete do Ministro e Consultoria Jurídica) e de

assessoramento (Conselho Militar de Defesa e Estado-Maior de Defesa). O ministério contava, ainda, com quatro Secretarias: Secretaria de Política, Estratégica e Assuntos Internacionais; Secretaria de Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia; Secretaria de Organização Institucional e Secretaria de Estudos e de Cooperação, além de diversos órgãos de estudos, assistência e apoio subordinados às Secretarias Especiais e ao Gabinete do Ministro (Escola Superior de Guerra, Hospital das Forças Armadas, Orçamento Militar, Representação Brasileira na Junta Interamericana de Defesa e Centro de Catalogação das Forças Armadas). As FA, através dos Comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica, estavam subordinadas ao ministro da Defesa, contrariando as propostas militares que equiparavam os três comandantes militares ao ministro da Defesa.

### 3.3.1.2 ATUAL ESTRUTURA DO MD

O Decreto Presidencial nº 7.974, de 1º de Abril de 2013, modificou a estrutura do MD, que passou a ter a atual organização. O decreto determinou que os **órgãos de assistência direta e imediata** são, o Gabinete do Ministro de Estado da Defesa (GM), a Assessoria Especial de Planejamento, a Secretaria de Controle Interno, a Consultoria Jurídica e o Instituto Pandiá Calógeras. Cada órgão é responsável por uma série de competências e funções. Complementando a assistência direta e imediata, sua estrutura prevê, ainda **Órgãos de Assessoramento, Órgãos Central de Direção, Órgãos Específicos Singulares e Órgãos de Estudo, de Assistência e de Apoio**.

Essa estrutura permite uma inserção e a especialização de civis que integram o ministério e trabalham em conjunto com os militares. É possível perceber no seu organograma as funções exercidas por especialidades, representado em cinza, verde e azul respectivamente a composição da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, em branco os órgãos controlados por civis e em amarelo uma composição mista.

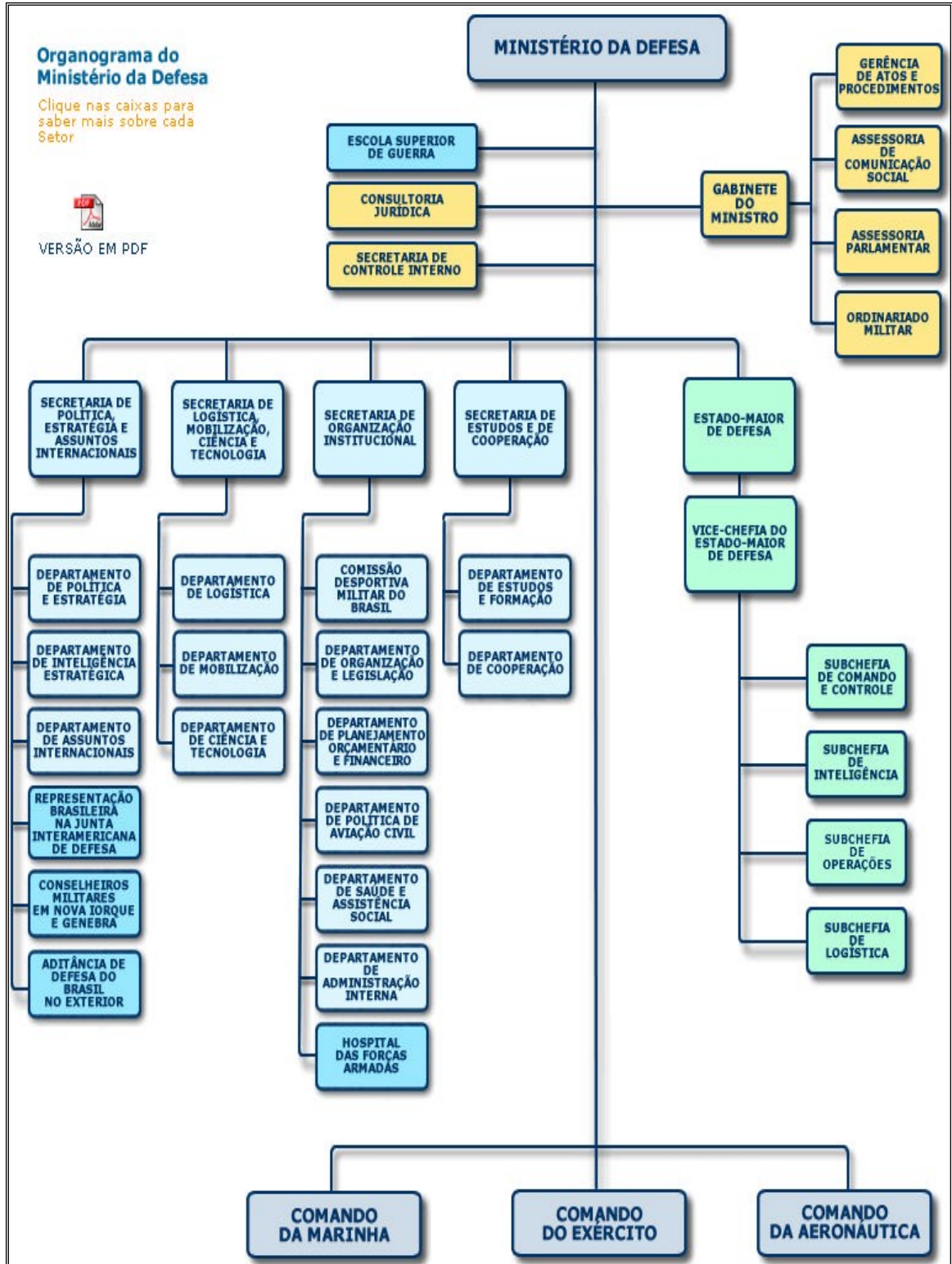


Figura 6 – Estrutura do MD em 2006

Fonte: Ministério da Defesa



### 3.3.1.2.1 ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA AO MINISTRO DA DEFESA

Cabe ao **Gabinete do Ministro (GM)** prestar assistência ao Ministro em suas atribuições funcionais, acompanhar o andamento de projetos de interesse do Ministério além de executar a política de comunicação social do ministério entre outras. Desta forma deve ser o órgão mais próximo ao ministro.

Outro órgão de extrema importância é a **Assessoria Especial de Planejamento (ASPLAN)**, sendo responsável por coordenar a elaboração e atualização do LBDN e do Planejamento Estratégico do Ministério da Defesa, além de elaborar processo contínuo e sistemático de conhecimento e emprego de cenários futuros, para subsidiar o processo decisório de alto nível do MD.

A **Consultoria Jurídica (CONJUR)** está subordinada, administrativamente, ao Ministro, sem prejuízo das atribuições institucionais, da subordinação técnica, da coordenação, da orientação, da supervisão e da fiscalização da Advocacia-Geral da União (AGU). É responsável por prestar assessoria e consultoria jurídica, no âmbito do MD. Atua também, no exame de decisões judiciais e na divulgação das informações, a fim de orientar as autoridades do MD a respeito de seu exato cumprimento. Por fim, deve exercer a supervisão dos órgãos jurídicos das Forças Armadas.

Cabe a **Secretaria de Controle Interno** atuar como órgão de apoio à supervisão ministerial, acompanhando, controlando, fiscalizando e avaliando a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, atento à economicidade, eficiência e eficácia de seus resultados.

O órgão mais recente na estrutura do MD é o **Instituto Pandiá Calógeras (IPC)**. O órgão tem por função assessorar o Ministro da Defesa na análise política e estratégica da segurança internacional e da Defesa Nacional. Este deve, então, contribuir com a pesquisa e a formação de recursos humanos no campo da Defesa Nacional promovendo, estimulando e participando de eventos vinculados a sua área de atuação, sendo que esta, deve visar promover a integração com o meio acadêmico nacional e internacional, em articulação com outros órgãos, em especial com a Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto e em apoio às atividades por ela conduzidas.

#### 3.3.1.2.2 ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

O **Conselho Militar de Defesa (CMD)** É órgão permanente, responsável pelo assessoramento do presidente, enquanto Comandante Supremo das FFAA, em assuntos ligados ao emprego de tropas, equipamentos e recursos militares.

Outro importante órgão de assessoramento é o **Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA)**, que tem a responsabilidade de assessorar ao Ministro em assuntos ligados à área militar. Ainda sob a égide do EMCFA encontram-se as políticas e estratégias de Defesa tanto nacionais quanto setoriais, inteligência e contra inteligência, participação em representações e organismos internos e externos na área de Defesa e, por fim, a articulação e equipamento das FFAA.

#### 3.3.1.2.3 ÓRGÃO CENTRAL DE DIREÇÃO

À **Secretaria-Geral** cabe auxiliar o Ministro da Defesa na definição de diretrizes, coordenação das atividades das Secretarias, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia e do Departamento do Programa Calha Norte, que lhe são subordinados.

Já o **Gabinete do Secretário-Geral** é o responsável por assistir o Secretário-Geral do Ministério da Defesa no exercício de suas funções.

Outro importante órgão de direção é o **Departamento do Programa Calha Norte**. Neste departamento se concentram as funções de planejar, executar e coordenar as atividades relacionadas com a execução do Programa Calha Norte, tais como, celebrar convênios com estados e municípios para aplicação dos recursos, acompanhar a sua execução física e articular-se também com as Forças Armadas e outros órgãos públicos para tratar de assuntos relacionados.

#### 3.3.1.2.4 ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

A **Secretaria de Organização Institucional (SEORI)** encontra-se dividida nos departamentos de Organização e Legislação, de Planejamento, Orçamento e Finanças, de Administração Interna e de Tecnologia da Informação. É responsável por elaborar diretrizes para a modernização das estruturas organizacionais e dos procedimentos administrativos comuns às Forças Armadas e administração central. Cabe a ela, ainda, coordenar a proposição da legislação de Defesa, formular e acompanhar a execução da política de remuneração dos militares e pensionistas.



A **Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD)** é dividida em departamentos de Produtos de Defesa, de Ciência e Tecnologia Industrial e de Catalogação. À SEPROD compete propor normas para a classificação dos produtos de Defesa e duais, requisitos especiais que deverão ser atendidos pelos produtos para que sejam classificados como estratégicos, propondo critérios e procedimentos para contratação e aquisição de produtos e cláusulas de capacitação industrial e de compensação comercial e industrial.

A **Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD)** divide-se nos departamentos de Pessoal, de Ensino, de Saúde e Assistência Social e de Desporto Militar. Em seu campo de competências estão incluídas a formulação, atualização e acompanhamento da política de pessoal civil, militar e pensionistas, bem como, as políticas, estratégias e diretrizes setoriais de pessoal civil, militar e pensionistas, com exceção dos assuntos referentes à remuneração dos militares, em seus aspectos comuns a mais de uma Força.

Entre as funções do **Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM)** estão a gestão e controle do Sistema de Proteção da Amazônia, estando distribuídas entre as diretorias de Administração e Finanças, Técnica e de Produtos.

#### 3.3.1.2.5 ÓRGÃOS DE ESTUDO, DE ASSISTÊNCIA E DE APOIO

Englobam a Escola Superior de Guerra, o Núcleo da Escola Superior de Guerra, em Brasília, a Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa e o Hospital das Forças Armadas. A este conjunto de órgãos compete desenvolver estudos e avaliações nas respectivas áreas de atuação, prestando assistência e realizando atividades especializadas de apoio.

#### 3.3.2 A DIREÇÃO DO MD

Desde a sua criação até 2018, o MD foi dirigido por 10 ministros civis, de diferentes formações, que se revezaram. Durante este período o país foi governado por quatro presidentes que estabeleceram prioridades e diretrizes que influenciaram nas ações desenvolvidas pelo Ministério e sua consequente evolução. Em 2018 o General de Exército Joaquim Silva e Luna assumiu interinamente o MD, sendo o primeiro militar a assumir a função e evidenciando uma nova perspectiva na defesa.

O formação e orientação politico-ideológica que assume o Ministro da Defesa é fundamental para a gestão da pasta bem como os objetivos políticos a serem alcançados. Nomeado pelo Presidente da República, mesmo que orientado pela política, se torna preponderante o bom relacionamento e até a identificação com os integrantes do segmento militar.

Antes mesmo da criação do Ministério da Defesa a escolha do General Benedito Onofre Leonel para chefiar os trabalhos que viabilizaram a criação do MD que, apesar de ser criado como uma instância do poder civil, essa indicação imprimiu tons militares que caracterizariam a forma de pensar.

Apesar da vocação nata do recém concebido ministério para os assuntos relacionados à defesa, e as particularidades técnicas que balizam e orientam os planejamentos, a política de governo adotada pelo Presidente da República é extremamente relevante na medida em que condiciona as ações a serem adotadas, determina prioridades de investimentos e orçamentos, estabelece alianças políticas no âmbito nacional e internacional além de, conforme prevê o inciso XIII do Art. 84 da Constituição Federal, exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos.

Desta forma, é impossível dissociar a evolução histórica e institucional do MD do momento político ao qual estava inserido o país, utilizando como recorte temporal o período em que, desde sua criação, até os dias atuais, diversos presidentes se revezaram no poder e nomearam ou exoneraram ministros que, dentro de suas perspectivas, contribuiriam para evolução do MD.

### 3.3.2.1 O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1999 a 2002)

O primeiro grande desafio encontrado pelo MD foi a escolha do nome para assumir a pasta. Não resta dúvidas de que a concepção e estruturação do MD foi sempre sustentada pelos militares, porém caberia a um civil conduzir a política a frente do novo ministério. Desta forma a escolha de um nome que agradasse políticos e militares era algo de difícil solução.

O presidente FHC tinha como primeira escolha o diplomata Ronaldo Sardenberg para ser o novo Ministro da Defesa. Porém, questões de divergências históricas entre as FFAA e o Itamarati inviabilizavam a escolha de um diplomata para a função, sendo o presidente obrigado a buscar outra opção. O escolhido foi o ex-líder

do governo no Senado Federal, Senador Élcio Álvares que apesar de não possuir divergências com o segmento militar, possuía pouca experiência na defesa.

O Então Senador pelo Espírito Santo Élcio Álvares foi escolhido pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso para implementar o novo Ministério. Álvares assumiu na qualidade de Ministro Extraordinário da Defesa e, apenas seis meses depois, em 10 de junho de 1999, foi efetivamente empossado como Ministro de Estado da Defesa. Nesse momento, o EMFA foi extinto e os ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, transformados em Comandos. Em um intervalo de aproximadamente seis meses, nessa área o Brasil conviveu com cinco ministérios: o da Defesa, Marinha, Exército, Aeronáutica e EMFA.

Apesar de não possuir experiência nos assuntos de defesa, Alvarez buscou uma aproximação com os comandantes militares ainda no início de sua gestão. Entretanto o novo ministro passou a protagonizar inúmeros incidentes que o afastaram do segmento militar culminando, inclusive com a demissão do Comandante da Aeronáutica. A partir daí a situação tornou-se insustentável promovendo a sua queda em janeiro de 2000.

O escolhido para substituir Alvarez foi o até então Advogado Geral da União Geraldo Magela Quintão que permaneceu à frente do Ministério até dezembro de 2002. Escolhido para a pasta por sua experiência em questões administrativas e orçamentárias, segundo Fernando Henrique Cardoso, foi o responsável pelos primeiros passos efetivos do recém criado ministério. Entre suas ações à frente da defesa, propôs a atualização da Política de Defesa Nacional, cuja versão então em vigor datava de 1996 e a retomada de projetos como o Calha Norte e o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), que se encontravam abandonados ou em dificuldades.

O momento econômico vivido pelo país prejudicou seus planos, onde foram impostas consideráveis restrições financeiras, cujos efeitos se manifestaram na dispensa de recrutas do Exército por falta de recursos, na redução do expediente militar nos quartéis e no corte de benefícios. Ainda assim, conseguiu verbas para um programa de fortalecimento do controle do espaço aéreo e avançar nas negociações para o projeto de reaparelhamento da Aeronáutica, que acabou sendo cancelado no início da gestão ministerial seguinte.

Uma importante ação adotada por Geraldo Quintão foi a decisão de ouvir diferentes segmentos da sociedade para a revisão da PND. Desta forma se valeu de

numerosos profissionais das diversas formações, chamados à época de notáveis. Para cada colaborador foi remetido um documento pessoal, assinado pelo próprio Ministro, convidando a participar desse trabalho, sendo esse um importante passo na busca de uma maior conscientização e comprometimento da sociedade nos assuntos de Defesa. Ficava evidente a importância da integração de importantes setores da sociedade como Congresso Nacional, o universo acadêmico, a imprensa, a área científico tecnológica e a indústria. Deixou o Ministério da Defesa em 03 de janeiro de 2003, substituído pelo embaixador José Viegas Filho.

### 3.3.2.2 O GOVERNO LULA (2003 a 2010)

Em 2003 Luis Inácio Lula da Silva assume a presidência da república e, pela primeira vez, um diplomata é escolhido como ministro da defesa. Diferente do seu antecessor, Lula consultou os comandantes militares sobre a aceitação de José Viegas Filho que, aprovado, tomou posse em janeiro de 2003 dando prosseguimento aos trabalhos do MD. A escolha de um nome aprovado pelas FFAA facilitou a interlocução e a integração impulsionando o desenvolvimento do ministério.

Em setembro do daquele ano deu início ao Ciclo de Debates sobre a atualização do Pensamento Brasileiro em Matéria de Defesa e Segurança, promovendo mais um encontro entre civis e militares em torno do tema defesa. Foram convidados membros do poder público e da sociedade civil, integrantes do Governo, políticos, militares, diplomatas, acadêmicos e jornalistas entre outros. O objetivo era estimular a discussão e o estudo, pela sociedade brasileira, de questões afetas às áreas de defesa e segurança. Foi um trabalho que gerou frutos e promoveu o lançamento de quatro livros sobre o Pensamento Brasileiro na Defesa e Segurança: Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil, O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança, As Forças Armadas e o desenvolvimento científico e tecnológico do País e Desafios na atuação das Forças Armadas.

Questões de divergências com o comandante do Exército abreviaram a saída de Viegas do Ministério da Defesa, sendo substituído pelo então Vice-Presidente José Alencar em novembro de 2004. Durante o período em que esteve à frente da pasta da defesa, o acúmulo funcional prejudicou a dedicação aos assuntos ministeriais. Desta forma José de Alencar pouco fez de concreto no sentido de implementar

avanços na integração entre civis e militares permanecendo na função até março de 2006 totalizando 17 meses como ministro.

Em substituição a José Alencar foi nomeado o Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União Waldir Pires. Exercendo a função entre março de 2006 e julho de 2007, sua gestão ficou marcada pela crise no setor aéreo, que gerou profundo desgaste não só do ministério como do comando da aeronáutica, tendo como ponto de maior tensão a questão envolvendo um possível motim de controladores de tráfego aéreo. Desprestigiado e grande ausente neste episódio Pires colocou o cargo à disposição.

Para substituir Waldir Pires, o presidente Lula buscou um nome com bom trânsito junto aos militares, mas que desfrutasse também do respeito da sociedade e capacidade de comando para lidar com a crise aérea. Desta forma Nelson Jobim assumiu em julho de 2007 com a determinação de aumentar a presença do Ministério da Defesa na busca de uma solução para a crise aérea.

Prestigiado pela Presidência da República, após conseguir apaziguar os problemas que afetavam o setor aéreo no país, priorizou a documentação da Defesa. Seguindo a orientação política da já consolidada PND, buscou-se atender ao interesse do governo em colocar as questões de defesa na agenda nacional e/ou Políticas Públicas. O caminho escolhido foi a direção estratégica para a Defesa, consonante com o desenvolvimento do País e direcionada para a aproximação entre militares e sociedade.

Auxiliado pelo então Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, Jobim encaminhou ao presidente Lula o Projeto da Estratégia Nacional de Defesa, deixando clara a intenção de colocar as questões de defesa na agenda nacional e a aproximação entre civis e militares. Esse fato foi inédito para Defesa Nacional.

Jobim foi o ministro da defesa com o maior mandato desde a criação do MD, o que garantiu não só credibilidade como continuidade no trabalho permitindo ampliar a participação das questões de defesa na agenda nacional e de formular um planejamento de longo prazo para a defesa do País aproximando a sociedade nas questões ligadas a defesa.

A aprovação da END marcou uma nova etapa no tratamento de tema tão relevante, intrinsecamente associado ao desenvolvimento nacional brasileiro

permitindo aproximar a sociedade e a academia aos saberes militares além de trazer maior transparência aos temas afetos à Defesa Nacional.

Apesar do contínuo desenvolvimento do MD no sentido de integrar civis e militares, após 10 anos de sua criação, a representatividade da sociedade no próprio ministério era ínfima, contando com ampla maioria de militares em todas as funções ministeriais internas ao gabinete e transparecendo preconceito quanto à presença de civis na gestão dos assuntos de defesa.

Desta forma, o ministro Nelson Jobim anunciou uma série de medidas legais e administrativas denominadas Nova Defesa. Dentre essas medidas estavam o envio ao Congresso e ao Executivo de proposta para a criação da Carreira Civil de Defesa e dos cargos efetivos de Analistas de Defesa Nacional. Assim, previu-se que num futuro próximo haveria um percentual qualificado para o exercício das funções no MD e nas instituições, militares e civis, demonstrando evolução no trato da sociedade com os temas da Defesa e vice-versa.

### 3.3.2.3 O GOVERNO DILMA ROUSSEF (2011 a 2016)

Após a grande reestruturação promovida por Nelson Jobim, faltava ao MD a sua consolidação na política externa. Para essa tarefa, a presidente Dilma procurou um nome com experiência no que diz respeito às relações internacionais. Foi escolhido o diplomata Celso Amorim que tomou posse em agosto de 2011. Valendo-se de sua experiência como o mais longevo Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim priorizou a consolidação do MD no cenário internacional, acumulando importantes relações com países das mais diversas extrações políticas que foram fundamentais para a consolidação de uma política integrada de Defesa.

Durante sua gestão procurou ampliar a projeção do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU), permitindo o sucesso das participações das Forças Armadas nas missões de paz das Nações Unidas no Haiti (Minustah), no Congo (Monusco) e no Líbano (Unifil).

Após a saída de Amorim, o então Governador da Bahia Jaques Wagner passou a ser o novo Ministro da Defesa, assumindo em janeiro de 2015. Durante sua rápida passagem pela defesa procurou priorizar os projetos estratégicos em desenvolvimento nas FFAA, como o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (ProSub), a cargo da Marinha, o Projeto da Família de Blindados Guarani, sob a

responsabilidade do Exército e os aviões de fabricação nacional KC-390 a serem entregues a Aeronáutica. Afirmou ainda que os projetos do Ministério da Defesa e das Forças singulares são absolutamente prioritários e sua continuidade é a única opção para um País como o Brasil.

Designado Ministro Chefe da Casa Civil pela Presidente Dilma Roussef, Jaques Wagner deu lugar ao Ministro da Ciência Tecnologia e inovação Aldo Rebelo que assumiu em outubro de 2015. Rebelo deu continuidade ao trabalho de Jaques Wagner na busca de garantir o orçamento das FFAA, priorizando os projetos estratégicos.

Aldo Rebelo defendeu a consolidação e a valorização institucional de modo que a defesa seja também uma opção, consciente e coerente com o destino geopolítico do Brasil. Esse é um passo ainda mais relevante no caso brasileiro, em que as Forças Armadas exercem o duplo papel de defensoras e construtoras da Nação.

Defendeu, ainda, a priorização no preparo e no aperfeiçoamento das FFAA, como instituições de defesa da Pátria, e a sua participação em ações subsidiárias, essenciais para firmar a sua identificação com o povo e a Nação, devendo ser valorizadas sem que isso signifique o desvio da missão finalística, que é a formação de combatentes para a defesa do Brasil. Apresentava aí, uma clara ideia da necessidade de aproximação entre civis e militares.

O sucessor de Aldo Rebelo foi o Deputado Federal por Pernambuco Raul Jungmann que assumiu em maio de 2016. Um dos primeiros desafios do novo ministro foi a pressão sobre a reforma previdenciária nas FFAA. O ministro se posicionou a favor de uma diferenciada previdência para os militares, afirmando que como prevê a Constituição, servidores são uma categoria e militares são outra, de modo que a Constituição fez isso porque há tal singularidade e especificidade na categoria dos militares que eles não deveriam ser colocados em uma concepção única.

A frente da defesa no seu aniversário de 18 anos, Jungmann reafirmou a importância do papel do ministério como interlocutor entre os meios civis e militares, além de garantir a condução na busca da interoperabilidade entre as FFAA. Buscou incentivar e catalisar a contribuição para o avanço da Defesa no Brasil, não só no que diz respeito ao emprego das (FFAA), mas também como ação junto à sociedade e em prol do desenvolvimento do País.

#### 3.3.2.4 O GOVERNO MICHEL TEMER (2016 a 2018)

Em agosto de 2016, após o impeachment da presidente Dilma Rousseff, o vice-presidente Michel Temer assume o governo e, sistematicamente aproxima-se do segmento militar. Durante seu governo os militares passaram a ocupar cargos de importância em setores chave do governo como a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a Casa Civil.

Após a mudança de governo, Jungmann trouxe à pauta a proposta de criação da Carreira de Defesa Nacional prevista na Estratégia Nacional de Defesa, aprovada pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 e que havia sido esquecida. A proposta era a criação de uma Carreira de Defesa Nacional composta de 300 cargos de Analista de Defesa Nacional, de nível superior, a serem providos gradualmente no decorrer dos anos, por meio de concurso público. A carreira teria perfil estratégico, possibilitando aos civis participarem da formulação de políticas e programas na área de Defesa Nacional. Nesse sentido, representaria um ganho significativo para o desenvolvimento das atividades institucionais do MD.

Outro grande avanço na interação da sociedade com o meio militar, sob a gestão de Jungmann, foi a entrada de mulheres na linha combatente das FFAA gerando uma expectativa de futuro promissor. O interesse do Ministério da Defesa em avançar nessa temática era essencialmente estratégico. Permitir a presença de mulheres em todos os postos, quadros e funções militares significa evitar desperdício de talentos e ampliar a qualidade dos recursos humanos nas forças armadas e a integração entre civis e militares. Quando se trata da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, ser “homem” ou “mulher” torna-se irrelevante, o importante é a competência e o desempenho do militar, defendia Jungmann.

A saída de Raul Jungmann para assumir o Ministério da Segurança Pública, promoveu um novo patamar nas relações civis militares. Com a sua saída, o cargo passou a ser ocupado, interinamente, pelo General de Exército Joaquim Silva e Luna que, a partir de 26 de fevereiro de 2018 foi efetivado no cargo, passando a ser o primeiro militar a responder pela pasta de defesa desde a sua criação em 1999.



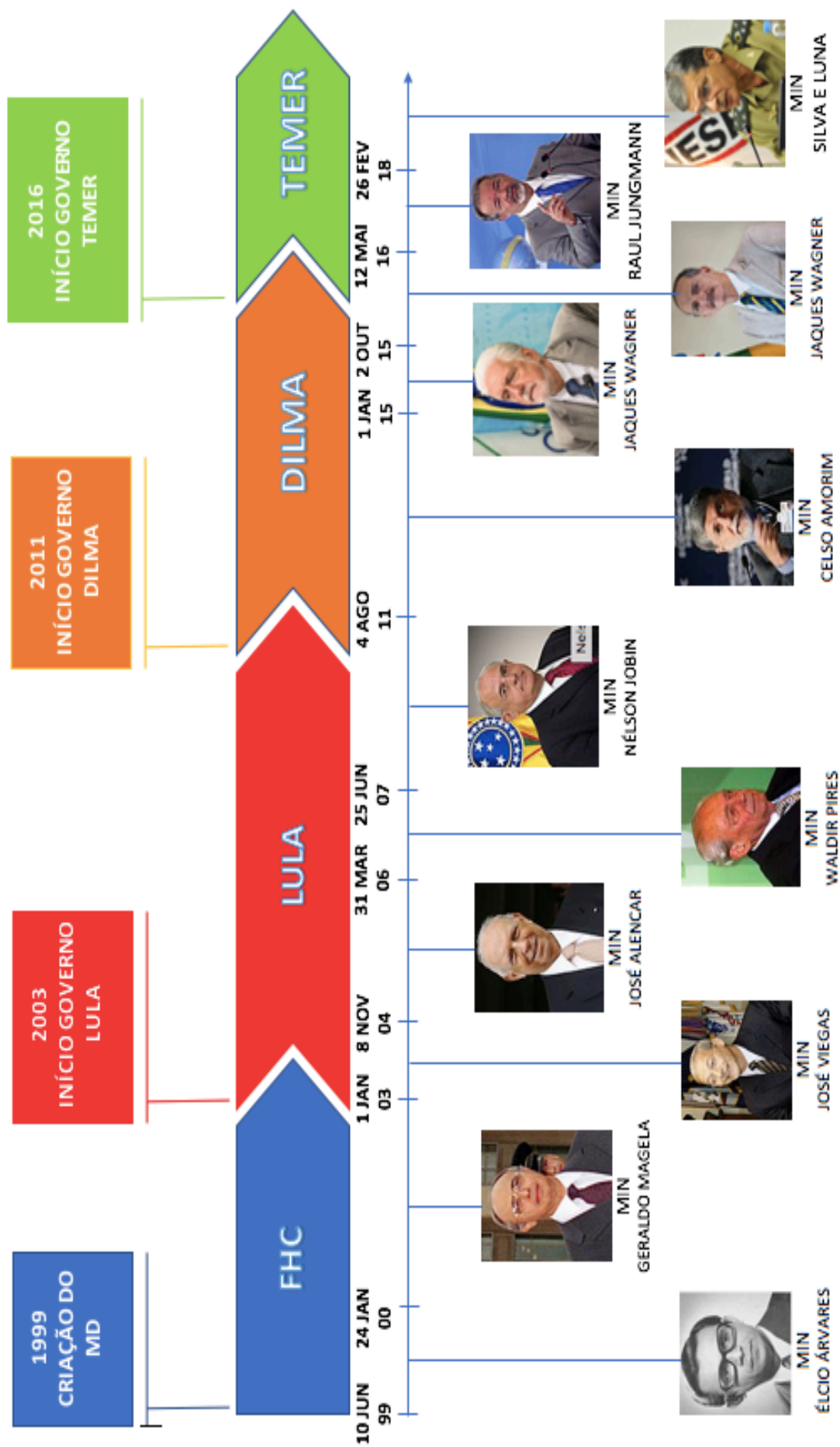


Figura 8 – Cronologia dos Min Def

Fonte: O Autor

Até pouco tempo, as desconfianças entre o meio civil e militar tornaria impraticável a presença de um militar no nível mais alto do MD, entretanto este fato pode ser encarado como um grande avanço no papel desempenhado pelo MD na busca de uma perfeita integração entre os diversos segmentos da sociedade, deixando de lado as desconfianças mútuas e mostrando que civis e militares podem sim trabalhar em conjunto em torno da defesa nacional.

#### **4. AS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO MD PARA APROXIMAÇÃO DO SEGMENTO CIVIL E MILITAR E PARA CONSCIENTIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL SOBRE OS ASSUNTOS DE DEFESA.**

Uma vez criado e consolidado, o MD passou a desenvolver ações que promovessem a aproximação do meio civil e militar, como parte não só do processo de redemocratização brasileira, mas do fortalecimento de importantes setores estratégicos como é o caso da defesa.

A busca de parcerias com importantes ministérios, governos estaduais, municípios e instituições de ensino, permitiu o planejamento e a execução de relevantes projetos de interesse nacional como o Projeto Rondon, projeto Calha Norte, Soldado Cidadão, e o Programa Forças no Esporte (POFESP), que vem buscando a integração entre as FFAA e a sociedade brasileira na consecução de objetivos comuns e ampliando o nível de comprometimento e integração entes esses segmentos, permitindo de forma mais efetiva a conscientização dos civis sobre os assuntos de defesa.

Por outro lado, a criação de importantes instituições como a ESG e a Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED) buscou promover debates e o desenvolvimento de temas relevantes para a defesa contando com a participação e o trabalho conjunto de civis e militares. Isso permitiu não só a contribuição de civis para um tema que anteriormente era exclusividade do meio militar, mas permitiu ainda despertar na sociedade o interesse e a preocupação com a defesa do país.

O estímulo e a integração do meio acadêmico permitiram o financiamento de projetos e pesquisas relativos ao tema defesa, contribuindo com a indústria nacional e com a formulação de políticas específicas para temas de extrema sensibilidade para o desenvolvimento e a soberania do Brasil.

## 4.1 PROJETOS DESENVOLVIDOS PELO MD

### 4.1.1 PROJETO RONDON

A concepção e o planejamento do Projeto Rondon tiveram início na década de 1960 e sua essência era a ideia de levar a juventude universitária a conhecer a realidade brasileira e a participar do processo de desenvolvimento do país sob a orientação do Ministério da Educação e Cultura. Seu início operacional ocorreu no ano de 1967 com a execução da chamada Operação Piloto ou Operação Zero. Essa operação contou com a participação de 30 alunos e dois professores da Universidade do Estado da Guanabara (atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro), da Universidade Federal Fluminense e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. A ideia inicial era a utilização de estudantes de nível universitário para realização de trabalhos de levantamentos, pesquisa e assistência médica no território de Rondônia.

O sucesso da Operação Piloto estimulou a ampliação do projeto, e em 28 de junho de 1968 o Decreto nº 62.927 estabeleceu a criação de um Grupo de Trabalho (GT) denominado “Grupo de Trabalho Projeto Rondon”, em homenagem ao bandeirante do século XX, o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, e passando a ser subordinado ao Ministério do Interior. Em 1970 o GT foi transformado em Órgão Autônomo da Administração Direta pelo Decreto nº 67.505, de 6 de novembro de 1970, e em 1975, pela Lei N° 6.310 de 15 de dezembro, foi instituída a Fundação Projeto Rondon que funcionou até o ano de 1989 quando foi extinta pela Medida Provisória nº 28/89, no governo do então presidente José Sarney.

Em novembro de 2003 a União Nacional dos Estudantes encaminhou ao Exmo Sr Presidente da República uma proposta de reativação do projeto original. Então, já no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva foi criado, em março de 2004, um grupo de trabalho interministerial composto por representantes do Ministério da Educação, Ministério da Integração Nacional, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Esporte, Ministério do Meio Ambiente e da Secretaria-Geral da Presidência da República sob a coordenação do Ministério da Defesa.

Reativado em 2005, o Projeto passou a ser coordenado diretamente pelo MD em estreita parceria com Ministério da Educação, o Ministério do Desenvolvimento

Social e Agrário, o Ministério da Saúde, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Integração Nacional, o Ministério do Esporte e a Secretaria de Governo da Presidência da República. Desta forma, após a sua reativação, o projeto ganhou uma nova dimensão passando a ser uma ação interministerial do Governo Federal realizada em coordenação com os Governos Estadual e Municipal que, em parceria com as Instituições de Ensino Superior, reconhecidas pelo Ministério da Educação, visa a somar esforços com as lideranças comunitárias e com a população, a fim de contribuir com o desenvolvimento local sustentável e na construção e promoção da cidadania.

Dentro dos objetivos gerais do projeto podemos destacar o papel de contribuir para o desenvolvimento e o fortalecimento da cidadania do estudante universitário. Desta forma é possível contribuir com a formação moral do jovem, inculcando valores e conceitos fundamentais para promover um comprometimento com os assuntos relacionados ao desenvolvimento do país. Dentro dos objetivos específicos podemos citar a necessidade de desenvolver no estudante universitário sentimentos de responsabilidade social, espírito crítico e patriotismo. Nesse contexto o Projeto Rondon prioriza, assim, desenvolver ações que tragam benefícios permanentes para as comunidades, principalmente as relacionadas com a melhoria do bem-estar social e a capacitação da gestão pública. Busca, ainda, consolidar no universitário brasileiro o sentido de responsabilidade social, coletiva, em prol da cidadania, do desenvolvimento e da defesa dos interesses nacionais, contribuindo na sua formação acadêmica e proporcionando-lhe o conhecimento da realidade brasileira.

A abrangência e a cobertura nacional do projeto ensejam uma demanda logística e de segurança de grandes proporções. As FFAA vem prestando importante suporte, garantindo transporte, alojamento, alimentação, segurança entre outros itens essenciais para que sua execução seja viável. Esse apoio permite que as ações tenham efeitos duradouros, favorecendo no longo prazo a população, a economia, o meio ambiente e a administração locais. A integração ente os ministérios e o segmento civil e militar trabalhando em prol de um objetivo em comum viabiliza a sensibilização da sociedade para os assuntos que promovem a coesão nacional e despertam a necessidade e a importância das ações visando a defesa do território nacional.

#### 4.1.2 PROGRAMA CALHA NORTE (PCN)

A conjuntura internacional vivida na década de 1980, apresentava uma latente e crescente cobiça mundial pela Amazônia, colocando em risco as reservas naturais estratégicas do país e despertando grande preocupação no segmento militar. Nesse contexto, em 1985 teve início uma exposição de motivos ao presidente da República, resultante dos estudos realizados por um Grupo de Trabalho Interministerial coordenado pela então Secretaria de Planejamento e integrado por representantes do Ministério das Relações Exteriores, dos Ministérios Militares, hoje Ministério da Defesa, e do então Ministério do Interior.

O GT concluiu que a região da Calha Norte, delimitada ao sul pela calha do Rio Solimões/Amazonas e, ao norte, pela fronteira com os países vizinhos, perfazendo uma área de 1.219.000 km<sup>2</sup>, era de elevada importância estratégica para o país, mas estava relegada ao descaso das autoridades. Desta forma, em 19 de dezembro de 1985 o Governo Federal Brasileiro criou o Programa Calha Norte (PCN).

O PCN foi concebido, inicialmente, com o objetivo de desenvolver as comunidades ribeirinhas da região norte, promovendo a vivificação e a proteção de nossas fronteiras, levando melhorias e desenvolvimento aos estados do Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Pará, fortalecendo a região norte do país. A partir de 1999 o recém criado MD passou a coordenar o programa que passou a ter o propósito de promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado e sustentável da região amazônica.

As FFAA, e em particular o EB, foram os primeiros a instalar bases avançadas ao longo da fronteira norte, articulando a presença constante e regular no Estado brasileiro nessa região. O segmento militar desenvolveu, ainda, ações em prol do desenvolvimento sustentável regional com a adequação de embarcações e o ajustamento das unidades militares e da infraestrutura dos pelotões especiais de fronteira. Outra importante tarefa desenvolvida pelas FFAA foi a de estabelecer metas e objetivos que deveriam ser atingidos pelo PCN. Uma das mais importantes metas estabelecidas foi o aumento da presença brasileira na área, com o fortalecimento das estruturas governamentais de oferta de serviços, de modo a criar estímulos para o desenvolvimento sustentável da região. Outra importante meta procurou integrar as FFAA com outras instituições federais fortalecendo a ação dos órgãos governamentais de Justiça, Polícia Federal, Receita Federal e Previdência Social na

região, como fatores de inibição da prática de ilícitos, decorrentes da insuficiente presença do Estado.

Em paralelo, o segmento civil do programa buscou a promoção do desenvolvimento regional, com a construção de estradas, escolas, hospitais, portos, a implantação de rede elétrica urbana e rural, entre outros. Outra importante contribuição deste segmento esteve ligada ao suporte orçamentário, viabilizando emendas parlamentares, as quais são destinadas aos municípios abrangidos, via transferências voluntárias formalizadas por meio de convênios, atendendo as exigências do Governo Federal (Decreto. 6.170/07).

A atuação concatenada dos segmentos civil e militar, aumenta a presença do Poder Público em todo o território, contribuindo para a defesa nacional, muito além do seu aspecto puramente militar. Nesse ponto, o programa está alinhado com os objetivos e diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa. O PCN proporciona assistência às populações e as fixam na região. Por isso, uma das suas metas é o aumentar a densidade demográfica. Também viabilizou o desenvolvimento sustentável da região; a ocupação de vazios estratégicos; a integração da população à cidadania; a melhoria do padrão de vida das populações; a modernização do sistema de gestão municipal e o fortalecimento das atividades econômicas estaduais e municipais da região.

Desta forma, o PCN fomentou não só a ocupação estratégica da região amazônica, mas integrou ministérios e instituições federais em torno de um objetivo nacional. Essa articulação, que acontece até os dias de hoje, vem proporcionando a participação crescente e seletiva do segmento civil no planejamento e execução de ações que melhoram a infraestrutura e o suporte à população que mora na faixa de fronteira, aumentando a capacidade do Estado de exercer a soberania em todo o território e despertando no segmento civil a sensibilização para os assuntos de defesa.

#### 4.1.3 PROJETO SOLDADO CIDADÃO (PSC)

A concepção inicial do projeto Soldado Cidadão (PSC) teve início no ano de 2002 no âmbito do Exército Brasileiro. Observou-se que muitos dos jovens que incorporavam ao EB se viam sem oportunidade ou qualquer fonte de renda ao

retornarem para a sociedade civil. Nesse contexto a premissa básica era o desenvolvimento de um projeto de qualificação de mão-de-obra como alternativa para reduzir o risco social dos jovens de baixa renda que prestavam o serviço militar inicial já que, terminado o seu tempo de serviço alguns, por falta de especialização e oportunidade eram cooptados pelo crime organizado que se valiam do seu treinamento militar e o manejo com armas.

Em 2003, ainda restrito ao Exército, o “Soldado Cidadão” desenvolveu um projeto piloto cujas ações estenderam-se a mais oito estados e ao Distrito Federal. O sucesso obtido por esse projeto piloto fez com que, no ano seguinte, o Governo Federal lançasse o “Projeto Soldado-Cidadão”, inserido no Programa de Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil, sob a responsabilidade do Ministério da Defesa. Nesse ano adquiriu projeção nacional, abrangendo todas as unidades da federação, com a participação de todos os Comandos Militares de Área.

Ao longo dos anos o projeto foi se aperfeiçoando e atualmente tem por objetivo formar jovens brasileiros, incorporados às Forças Armadas, por intermédio de cursos profissionalizantes, facilitando o ingresso no mercado de trabalho. As capacitações são ministradas a jovens com perfil socioeconômico carente e realizadas por instituições públicas ou privadas. Essas qualificações são de curto e médio prazo, com carga horária mínima de 160 horas. O Ministério da Defesa executa o projeto por meio de um Comitê Gestor formado por representantes da pasta e das Forças.

O serviço militar obrigatório recebe milhares de jovens das mais diversas classes sociais todos os anos. Durante o período de um ano são desenvolvidos atributos e capacidades como disciplina, hierarquia, preparação, conhecimento técnico, capacitação, comprometimento e conhecimentos sobre símbolos nacionais entre outros. Aliados a estes valores o PSC procura complementar a formação do cidadão atribuindo-lhes uma capacitação profissional que possa facilitar sua inserção no mercado de trabalho após concluir seu tempo nas FFAA.

Com o intuito de expandir e aperfeiçoar o PSC, o MD procurou firmar contrato com instituições de ensino e entidades públicas e privadas que pudessem contribuir como Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/CTGÁS), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem comercial (SENAC), Serviço Social do Transporte (SEST), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Dentre os inúmeros cursos

disponibilizados podemos citar os de mecânico de refrigeração automotiva ou residencial, Eletricista residencial e predial, Recepcionista em meios de hospedagem, Auxiliar de Odontologia e de Logística, Mecânico de motores a diesel e gasolina.

Uma vez capacitados tecnicamente e com uma sólida e aperfeiçoada formação moral, os jovens retornam à sociedade em condições de serem absorvidos pelo Mercado de trabalho, movimentando a economia e reduzindo o desemprego no país. Estes jovens capacitados e agora com um conhecimento técnico militar passam a constituir não só a reserva mobilizável das FFAA, mas também uma massa crítica com uma nova mentalidade a cerca da importância do trabalho conjunto entre as FFAA e a sociedade civil na busca de soluções para os problemas do país e a defesa nacional. O PSC permite ainda a articulação dos elevados níveis do segmento civil a nível ministerial e empresarial e das FFAA contribuindo para o aperfeiçoamento das relações civis-militares que se constituem na mola mestra da conscientização da sociedade para os assuntos de defesa.

#### 4.1.4 PROGRAMA FORÇAS NO ESPORTE

A partir do ano de 2003, o MD passou a contribuir com o Programa Segundo Tempo do Governo Federal. No âmbito das FFAA o programa foi denominado Programa Forças no Esporte (PROFESP), que passou a ser conduzido pelas três forças em parceria com o Ministério do Esporte e do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

O programa tem como objetivo promover a inclusão social de crianças e adolescentes por meio da prática esportiva orientada, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, focando no desenvolvimento e acompanhamento de novos talentos e a aproximação das Forças Armadas com a comunidade. Outro importante objetivo do programa é a inclusão na arte musical por meio de atividades realizadas no contra turno escolar, de caráter complementar, contribuindo para a colocação social, bem-estar físico, promoção da saúde e desenvolvimento de crianças e adolescentes, principalmente em situação de vulnerabilidade social.

Dentro da dinâmica de funcionamento do programa o seguimento civil, representado por ministérios e secretarias trabalha em parceria com as FFAA representados pelas três Forças. Cabe ao Ministério do Esportes a aquisição e fornecimento de material esportivo e o pagamento de professores. Ao Ministério do



Desenvolvimento Social cabe a responsabilidade pela alimentação e a Secretaria Nacional de Juventude se encarrega do apoio global prestando a manutenção da infraestrutura desportiva. As FFAA coordenam o programa disponibilizando sua infraestrutura e prestando apoio geral.

A essência do programa consiste em oferecer aos jovens de famílias de baixa renda a prática desportiva de modalidades como atletismo, futebol de campo, vôlei, futsal, handebol, corrida de orientação, natação, defesa pessoal, iatismo, além de duas refeições diárias nos dias de execução do programa. Desta forma, programa democratiza o acesso à prática e à cultura do esporte e promove o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, oferecendo atividades esportivas educacionais, lazer e atividades complementares. Além disso, também oferece uma alimentação saudável e de qualidade, reforço escolar, ações cívico-sociais, palestras e campanhas educativas, orientações de civismo, de cidadania e desenvolvimento de habilidades profissionais.

A presença nacional das FFAA permitiu a ampla difusão do programa que hoje está presente em 96 localidades de todos os Estados e do Distrito Federal, inclusive no Arquipélago de Fernando de Noronha, em instituições vinculadas à Marinha, ao Exército e à Aeronáutica. No total são atendidas em torno de 23.000 crianças, jovens e adolescentes, de 6 a 18 anos, em situação de vulnerabilidade social.

Ao lado do Projeto Rondon, do PCN e PSC, o PROFESP desenvolve importante papel na aproximação das FFAA e do segmento civil, reduzindo as divergências e as desconfianças mútuas que durante anos dificultou o trabalho em conjunto, compartimentando assuntos de interesse nacional. Esse distanciamento cultural que paulatinamente vem sendo reduzido pelos programas desenvolvidos no âmbito do MD, aumentou não só a presença mas até mesmo o interesse e o comprometimento de civis pelos assuntos de defesa.

#### 4.2 ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

A história da Escola Superior de Guerra está intimamente ligada com as origens e os antecedentes que culminaram com a criação do próprio MD. O fim da II GM trouxe uma série de reflexos que influenciaram o pensamento militar na metade do Séc XX, e já anunciavam o estabelecimento de uma nova ordem mundial que se materializaria

na Guerra Fria. Influenciados por essas influências, um grupo de militares começou a nutrir o sentimento de que o País poderia tornar-se uma grande potência, desde que houvesse vontade política e, sobretudo, gerasse um método de planejamento próprio.

Viu-se então a necessidade de criar um pólo em torno do qual seria possível promover uma ação socializadora das elites brasileiras, militares e civis em torno de questões referentes à segurança e desenvolvimento do país, numa espécie de foro acadêmico. A Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949 cria então a Escola Superior de Guerra, subordinada à Presidência da República através do EMFA. Em 1999, com a criação do MD, a ESG passou a subordinar-se ao Ministério da Defesa, visto que o EMFA foi extinto com a criação da nova pasta em julho daquele ano.

Desde sua criação, a ESG sempre funcionou como centro de estudos e pesquisas, sendo responsável por planejar, coordenar e desenvolver os cursos que forem instituídos pelo Ministro de Estado da Defesa. Sua missão precípua é desenvolver atividades acadêmicas que permitam compreender as realidades nacional e internacional, visando preparar civis e militares para o desempenho de funções de direção e assessoramento de alto nível, no campo da Defesa Nacional, incluindo o que concerne à segurança e ao desenvolvimento do país.

Ao longo da história e até os dias atuais a ESG busca fomentar a pesquisa e o debate integrando civis e militares na temática de defesa. Desta forma, a ESG adotou iniciativas em sintonia com as orientações contidas na END. Ações que promoveram o aumento de sua capacidade institucional para desenvolver atividades acadêmicas e administrativas; intensificar o intercâmbio entre os membros do Governo Federal e otimizar a formação de recursos humanos ligados aos assuntos de Defesa.

A ESG, em parceria com outras instituições como a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), busca promover cursos de extensão e de especialização e vem se constituindo em importante ferramenta, subordinada ao MD, na tentativa de formar e articular uma comunidade a nível nacional integrando civis e militares que possam compartilhar valores hegemônicos e congruentes a cerca dos temas relevantes para a sociedade brasileira. Outro importante papel desenvolvido pela Escola é a integração sul-americana, conduzindo cursos que contam com a presença de civis e militares que atual na área de defesa dos países sul-americanos que compõem a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

Como instituição de ensino, a ESG desempenha dupla função atuando como centro de estudos e centro de pesquisas. Dentro deste escopo compete a ESG, sempre sob a orientação e supervisão do MD, planejar e desenvolver cursos tendo como público alvo civis e militares. Entretanto, as atividades desenvolvidas e os trabalhos produzidos são de natureza exclusivamente acadêmica, incitando e promovendo o livre debate dentro de um foro democrático e transparente não desempenhando função de formular ou executar a política do país.

#### 4.2.1 CURSOS REGULARES DESENVOLVIDOS PELA ESG

Atualmente a ESG oferece 12 (doze) cursos regulares que abordam diferentes temas e englobam diferentes públicos alvo. Dentre os participantes estão Oficiais Superiores das FFAA e Forças Auxiliares além de militares e civis de Nações amigas que participam, em conjunto, de cursos sobre importantes temas relacionados a temática de defesa. Desta forma podemos diferenciar três grupos de cursos sendo o primeiro para integração entre civis e militares Sul-americanos, o segundo exclusivo para militares e o terceiro para a integração civis e militares a nível nacional. Não será o foco do nosso trabalho abordar o processo de seleção e indicação para os cursos nem detalhar sua grade curricular, mas o seu objetivo geral e o público alvo ao qual se destinam cada curso.

Dentre os cursos destinados a integrar militares e civis de nações amigas podemos citar o **Curso Avançado de Defesa Sul-Americano (CEAD-Sul)** que tem como objetivo geral desenvolver o pensamento sul-americano de defesa, com base na cooperação e integração regionais. Outro importante curso nesse viés é o **Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE)**, que busca preparar civis e militares do Brasil e de Nações Amigas para o exercício de funções de direção e assessoramento de alto nível na administração pública, em especial na área de Defesa Nacional. **O Curso Superior de Defesa (CSD)** proporcionando conhecimentos para o exercício de funções de assessoramento de alto nível as quais envolvam assuntos de defesa, tanto no âmbito do MD como nos demais órgãos governamentais de interesse da Defesa Nacional, promovendo a interação entre os integrantes dos Cursos de Altos Estudos realizados pelas Forças Armadas e pela ESG.

A ESG também desenvolve cursos onde o público-alvo são, exclusivamente, militares das FFAA como o **Curso de Estado-Maior Conjunto (CEMC)** que prepara militares para o exercício de funções nos Estados-Maiores Conjuntos e para o desempenho de atividades que envolvam o planejamento e o emprego estratégico-operacional de forças militares em operações conjuntas, ou executadas sob orientação e supervisão do Ministério da Defesa. Outro importante curso destinado aos militares das FFAA é o **Curso de Diplomacia de Defesa (CDD)** que capacita oficiais superiores para o desempenho das funções de adido junto às embaixadas brasileiras no exterior e de assessoria internacional, em assuntos prioritariamente relacionados à Defesa e à Segurança Nacional.

Os demais cursos da ESG são voltados para o trabalho em conjunto entre civis e militares no nível nacional. São cursos que abordam diferentes áreas e com distintas cargas horárias. O **Curso de Análise de Crises Internacionais (CACI)**, capacita especialistas para análise de crises internacionais, por intermédio de aparato teórico e modelagem conceitual, desenvolvendo capacidades interpretativas para aprofundar a compreensão da realidade política internacional contemporânea. Já o **Curso de Gestão de Recursos de Defesa (CGERD)** apresenta os conceitos de defesa no Estado moderno e dos processos de gestão no âmbito da administração pública e privada.

A logística e a mobilização Nacional também são foco de trabalhos na ESG, por intermédio do **Curso de Logística e Mobilização Nacional (CLMN)**, preparando civis e militares para atuar nos níveis gerencial, de assessoramento e executivo nos órgãos que trabalham diretamente ligados aos Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB). A parte de Inteligência é desenvolvida no **Curso Superior de Inteligência Estratégica (CSIE)**, onde civis e militares adquirem formação específica para o exercício de funções de inteligência estratégica na administração pública e nos órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência.

O **Curso de Altos Estudos em Defesa (CAED)** apresenta uma importante particularidade pois integra civis não só de organizações governamentais mas privadas, capacitando-os para a macroanálise da conjuntura e dos cenários nacional e internacional, para o desempenho de funções na alta gerência executiva e para a

formulação de políticas e estratégias, em especial nas áreas de defesa, de segurança e de desenvolvimento nacional.

No que tange ao viés jurídico a ESG desenvolve o **Curso de Direito Internacional dos Conflitos Armados (CDICA)**, com foco no exercício de assessoramento à alta direção e de funções ligadas ao ensino que estejam diretamente relacionadas às normas do Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA), considerando o arcabouço jurídico nacional bem como o de organismos internacionais. Por fim, a ESG busca proporcionar, por meio de um programa de caráter flexível, conduzido por meio de palestras, conferências, e atividades de caráter cultural, social e informativo, a ampliação e o aperfeiçoamento cultural disponibilizando o **Programa de Extensão Cultural da Escola Superior de Guerra (PECESG)**.



**Figura 9** – Cursos Regulares oferecidos pela ESG

**Fonte:** ESG

#### 4.3 INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE DEFESA PANDIÁ CALÓGERAS (IBED - IPC)

Criado com o objetivo de promover a elaboração de ações de defesa que possam assegurar a soberania nacional e promover o desenvolvimento do país, garantindo o preparo dos gestores que possam viabilizar esse processo, o IBED é hoje um órgão de assessoramento direto e imediato do MD. Sua missão é prestar assessoramento estratégico preciso e oportuno embasado em altos estudos. Para isso tem, ainda, a missão de aprofundar as relações entre civis e militares no âmbito acadêmico, contribuindo assim com assuntos relevantes para a elaboração de políticas de defesa no Brasil.

Batizado em homenagem ao engenheiro e político brasileiro João Pandiá Calógeras, que foi não só o primeiro civil a comandar o então Ministério da Guerra, mas um grande empreendedor na busca da modernização, expansão e aperfeiçoamento do exército e que deixou notável legado como escritor, acadêmico e professor podendo ser considerado um dos primeiros incentivadores do processo de aproximação entre os meios civil e militar. O IPC vem contribuindo permanentemente para o adensamento das relações entre civis e militares valendo-se de diferentes meios, destacando-se a produção de análises, promoção do diálogo entre o MD e a área acadêmica e o fomento a produção de conhecimento sobre temas de interesse da defesa.

Uma das missões fundamentais do próprio MD, após a sua criação, é a de aproximar o meio civil e militar como parte do fortalecimento democrático do país, buscando deixar para trás a atemporal idéia de que a defesa é missão exclusiva do meio militar. Nessa vertente, o IPC deu luz ao meio acadêmico, seja ele civil ou militar, valendo-se dos conhecimentos por ele produzido para que pudesse prestar com eficiência o papel político de assessoramento do Ministro da Defesa. Ao desempenhar essa híbrida função de incentivador e assessor, o IPC serve como elo de ligação entre o meio político e acadêmico, seja ele civil ou militar.

Ao amplificar e dilatar o debate sobre a defesa, o IPC permite que a discussão seja mais aberta e abrangente permitindo que a sociedade desperte para a relevância da defesa para o futuro do país. Pela defesa passa não só a sobrevivência do Estado, mas as bases para o seu desenvolvimento industrial, científico e tecnológico uma vez que muitas das tecnologias aplicadas para fins militares possuem aplicação civil e vice-versa.

Fomentar o desenvolvimento de uma cultura nacional de defesa é um dos grandes desafios do MD, ultrapassando barreiras como a falta de ameaças externas iminentes que contribuem para o desconhecimento e até falta de interesse da sociedade para com os assuntos de defesa. Por esse motivo o meio universitário e o ambiente acadêmico se apresentam como terreno fértil para semear as ideias que possam mudar a mentalidade da sociedade. Ciente disso o MD, por intermédio do IPC, busca parceria com outros integrantes do meio acadêmico como o Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais (IPRI), do Ministério de Relações Exteriores (MRE), promovendo seminários de coordenação temática com o propósito de buscar

convergências entre as agendas dos MD e do MRE. Outra fonte de conhecimento é a abertura de vagas para o Programa de Serviço Voluntário de pesquisadores do IBED de nível superior, buscando ampliar a pesquisa e o debate da sociedade, com respeito a temas relevantes aos interesses nacionais.

Ciente da relevância do ambiente universitário para os assuntos de defesa, o MD vem procurando financiar e incentivar a produção de estudos acadêmicos voltados para área de defesa e que servirão de instrumento para as políticas de defesa do país. Nesse contexto podemos citar importantes programas direcionados ao meio acadêmico como o Programa Álvaro Alberto, que é resultado da parceria entre o Ministério da Defesa, por meio do IBED, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Outro grande programa é o Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional – PRÓ-DEFESA, executado por meio de parceria entre o Ministério da Defesa (MD) e a CAPES.

#### 4.3.1 PROGRAMA ÁLVARO ALBERTO DE INDUÇÃO À PESQUISA EM SEGURANÇA INTERNACIONAL E DEFESA

O MD, por intermédio do IPC, juntamente com o CNPq lançou em 6 de Outubro de 2014 o Programa Álvaro Alberto, batizado em homenagem ao Vice-Almirante e pesquisador Álvaro Alberto da Mota e Silva, que foi um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Química, presidente da Academia Brasileira de Ciências e representante brasileiro na Comissão de Energia Atômica da ONU.

O programa surgiu como um dos principais artifícios de integração entre os meios acadêmico e político, fornecendo aporte financeiro a projetos que possam contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no país. Seu principal objetivo é o de fomentar a pesquisa sobre Segurança Internacional e Defesa Nacional por meio da seleção de propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisa sobre temas relevantes para a inserção internacional do Brasil e a gestão da defesa nacional, no campo das ciências humanas e sociais aplicadas, em duas linhas de pesquisa: Entorno Estratégico e Economia da Defesa.

Dentre os objetivos específicos a serem alcançados pelo programa está o de engajar a sociedade no debate sobre processos relevantes nos campos da segurança

internacional e da defesa nacional, além de obter sugestões de políticas e estratégias que contribuam para a realização dos objetivos e diretrizes dos documentos de defesa brasileiros (Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco de Defesa Nacional);

As linhas de pesquisa abrangidas pelo programa, como já elencadas, contemplam assuntos ligados ao Entorno Estratégico e Economia da Defesa. No que tange a primeira linha, os temas prioritários abordam a **defesa nas fronteiras terrestres da América do Sul**, destacando o processo de integração regional sul-americana e sua relação com iniciativas de cooperação na área de defesa e segurança. Podemos citar também o tema **Novas e velhas ameaças**, buscando identificar novas ameaças e os meios de combatê-las, em articulação com o enfrentamento das ameaças tradicionais, no marco do arcabouço legal vigente.

O tema **Segurança marítima no Atlântico Sul** também é abordado, promovendo a consciência situacional nos Mares do Atlântico Sul; o combate à pirataria e a outros ilícitos no mar e a cooperação com países africanos sul-atlânticos para defesa e segurança marítima no marco da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOOPECAS). Outro importante tema é a **Inserção internacional do Entorno Estratégico brasileiro**, promovendo diálogos nos fóruns multilaterais; interesses de potências extra regionais no Entorno Estratégico brasileiro; influência de atores não governamentais; ameaças cibernéticas e possíveis estratégias de cooperação para seu enfrentamento; áreas de fricção entre os países do Entorno Estratégico. Por fim, temos a busca de projetos estratégicos que procuram adaptar o **Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED)** aos possíveis cenários de sua aplicação.

No que diz respeito a linha de pesquisa relacionada à Economia e Defesa são abordados temas como **Recursos humanos e defesa nacional**, com ênfase na formação de recursos humanos para gerir a defesa nacional, inclusive no campo da cooperação internacional e o tema **Inovação e Defesa nacional**, abordando o Sistema de Inovação nacional brasileiro e as estratégias para fomentar a inovação e a revitalização da Base Industrial de Defesa brasileira – linhas de financiamento, garantias e peculiaridades do mercado de defesa.

O **PAED** também é abordado nessa linha de pesquisa, buscando adequação dos programas de equipamento das Forças Armadas às capacidades previstas pela



END e demais documentos do setor; a formulação de projetos de Força e sua articulação com o PAED no longo prazo; efetividade dos instrumentos governamentais de fomento à Base Industrial de Defesa; credenciamento das Empresas Estratégicas de Defesa (EED), homologação dos Produtos Estratégicos de Defesa e o mapeamento das cadeias produtivas do setor.

Podemos citar, ainda o tema **Orçamento de defesa** que prioriza a estabilidade e projeções do fluxo orçamentário do MD e sua adequação às necessidades das Forças Armadas; a viabilidade política e econômica de se ampliar o percentual do PIB destinado ao orçamento de defesa; estratégias de reequilíbrio das contas orçamentárias visando diminuir e ajustar dispêndios com pessoal, investimentos e custeio a projetos de força no longo prazo; critérios para vinculação do orçamento a segmentos estratégicos no País, inclusive via fundos setoriais, e sua aplicação ao campo da defesa; possibilidade de incremento orçamentário das Forças Armadas por meio de “*royalties*” oriundos de atividades relacionadas ou protegidas pelas Forças e adequação das infraestruturas críticas às necessidades de Defesa.

E por fim temos a **Cooperação internacional** que busca possibilidades de integração das bases industriais de defesa no âmbito da UNASUL, no marco da integração produtiva de cadeias globais de valor e de políticas de offset e diversificação de fontes de recursos para as Forças Armadas.

#### 4.4 PROGRAMA DE APOIO AO ENSINO E À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA EM DEFESA NACIONAL – PRÓ-DEFESA

Estabelecido pela Portaria Interministerial n.º 2.674/05 de 2005, o programa se apresenta como uma ação do governo brasileiro destinada a fomentar a cooperação entre instituições civis e militares para implementação de projetos voltados ao ensino, à produção de pesquisas científicas e tecnológicas e à formação de recursos humanos qualificados na área de Defesa Nacional. Sua concepção se originou na iniciativa conjunta do Ministério da Defesa e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, coordenado, no âmbito do MD, pela Divisão de Cooperação do Departamento de Ensino, com o intuito de estimular, por meio de financiamento, a criação de redes de cooperação acadêmicas entre Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e particulares, institutos militares e centros de estudos estratégicos.

Desta forma, o PRÓ – DEFESA tem por objetivo estimular no País a realização de projetos conjuntos de pesquisa utilizando-se de recursos humanos e de infraestrutura disponíveis em diferentes IES, Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) ou Instituições Militares de Ensino e Pesquisa, possibilitando a produção de pesquisas científicas e tecnológicas, contribuindo, assim, para desenvolver e consolidar o pensamento brasileiro nessa área.

Dentre os objetivos específicos do programa podemos destacar a promoção do intercâmbio de conhecimentos na comunidade acadêmica brasileira, estimulando o estabelecimento de parcerias (redes de pesquisa e/ou consórcios interinstitucionais) entre IES, Instituições Militares de Ensino e Pesquisa, Centros de Estudos Estratégicos, entre outras instituições capacitadas a desenvolver estudos acadêmicos, que, de forma articulada, desenvolvam programas de pesquisa sobre assuntos relativos à Defesa Nacional. Podemos destacar, ainda outro importante objetivo específico que é o de estimular o diálogo entre especialistas civis e militares sobre assuntos atinentes à Defesa Nacional.

O programa incentiva e disponibiliza recursos para o custeio de mestrados, doutorados e pós-doutorados no país relacionados ao fortalecimento dos estudos de defesa, priorizando importantes temas para o país como a **Amazônia**, onde são abordados estudos sobre o PCN e o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM). Outro tema abordado é a **Amazônia Azul**, com ênfase na Defesa da Zona Econômica Exclusiva brasileira e a Defesa e Comércio Internacional. O tema **Fronteiras** é abordado sob a ótica do Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) e a Operação Ágata.

Podemos citar ainda o tema **Cultura e defesa**, abordando a questão da cidadania, educação e defesa além do ensino da defesa e da segurança. O **Entorno Estratégico** dá luz a Cooperação internacional na área de defesa como instrumento da política externa brasileira no seu entorno estratégico, enquanto o tema **Economia e Defesa** aborda Plano de Articulação e Equipamento da Defesa (PAED) e o tema **Produção de Leis sobre Defesa** ressalta a defesa e o parlamento e a Defesa e a política.

## 5. CONCLUSÃO

Ao concluir o presente trabalho que, por intermédio de pesquisa bibliográfica, descritiva e documental, procurou apresentar a evolução histórica do MD priorizando as ações desenvolvidas por este órgão governamental e seus reflexos, não só para a aproximação entre civis e militares mas prioritariamente na busca de uma maior conscientização da sociedade brasileira sobre os assuntos defesa, alguns aspectos devem ser destacados.

Inicialmente é importante inferir que, ainda que sejam apresentadas as ações concretas que vem sendo desenvolvidas pelo MD na busca de uma maior conscientização da sociedade brasileira para os assuntos de defesa, mensurar a qualidade ou o nível dessa conscientização se constitui em trabalho de difícil execução uma vez que se apresenta como um aspecto subjetivo que pode variar de acordo com fatores como grau de escolaridade, atividade que desempenha, idade e até mesmo renda familiar.

Dessa forma o primeiro aspecto fundamental, e que deve nortear qualquer ação a ser desenvolvida por esta pasta ministerial, é o posicionamento do Brasil no cenário mundial. A relevância geopolítica do país fortalecida após a II GM, garantiu seu protagonismo não só na América do Sul, mas em todo o Atlântico sul, o colocando em posição privilegiada nos debates e decisões a nível mundial. Neste contexto, a criação do MD surgiu como uma necessidade fundamental, permitindo uma maior articulação não só entre as FFAA mas, prioritariamente, entre o segmento civil e militar que estiveram fragmentados no período pós governos militares, se configurando no primeiro grande óbice para o fortalecimento da coesão nacional.

O período de Guerra Fria, pós II GM, desenvolveu uma nova mentalidade sobre os assuntos de defesa sendo impulsionado pelos governos militares que conduziram os destinos do país no período de 1964 a 1985. Esse contexto foi fundamental para o fortalecimento das instituições nacionais uma vez que, por vocação, o segmento militar priorizou importantes setores como a defesa. Entretanto, ainda persistiam diferenças de objetivos e pensamentos entre as três forças caracterizando um certo corporativismo que dificultava a coesão das FFAA.

A Criação do MD permitiu a subordinação das três Forças a um órgão de direção superior com o objetivo de cumprir sua missão constitucional, contribuindo para alinhar pensamentos e convergir esforços no sentido de amplificar as

capacidades das FFAA, pensando de forma conjunta e integrada. Essas capacidades fortaleceram o segmento militar aumentando sua interoperabilidade e foram a base para o próximo passo que foi a aproximação com o segmento civil.

A subordinação das FFAA ao instamento político civil não foi uma inovação brasileira. Praticada e consolidada em importantes países no mundo essa organização cumpriu, no Brasil, o papel de aproximar os dois segmentos, procurando desconstruir antigas rixas e desconfianças mútuas que promoviam uma cisão maléfica para a defesa do país pois, se de um lado ela enfraquecia as FFAA que se viam sozinhas na missão de defesa da nação, do outro lado ela alienava e criava uma forte cultura de desinteresse por parte dos civis.

Desta forma, desde 1999 quando foi criado, o MD vem cumprindo o importante papel de, não só aproximar mas, articular o trabalho das FFAA em conjunto com o segmento civil promovendo um ambiente de confiança recíproca e cooperação. A própria estrutura do MD reflete esta integração, onde trabalham de forma conjunta militares das três Forças e civis .

No contexto da articulação entre os diversos segmentos, a criação do MD permitiu o desenvolvimento de políticas e estratégias voltadas para a defesa nacional materializadas no LBDN que, atualmente, é o mais completo documento sobre o assunto. Essa materialização cumpre um importante papel, esclarecendo a sociedade brasileira sobre as políticas e ações que devem nortear a segurança do país, atribuindo responsabilidades para cada segmento.

O LBDN se caracterizou em um importante marco, uma vez que foi o primeiro documento neste nível concebido pelo esforço conjunto de setores como a sociedade acadêmica, o setor empresarial e da sociedade civil em geral. Desta forma permitiu não só o conhecimento mas o engajamento da sociedade nos assuntos relacionados a defesa.

Como consequência desse esforço, a elaboração de outros importantes documentos como a PND e a END vem buscando uma interação harmônica entre os órgãos de defesa e a sociedade, contribuindo para abandonar antigos paradigmas que atribuíam a defesa da nação exclusivamente ao segmento militar, conscientizando o segmento civil para a necessidade de seu engajamento nessa atividade e facilitando a criação e o desenvolvimento de uma “cultura de defesa”.

Criada a base para a aproximação e o engajamento da sociedade nos assuntos defesa, o MD passou a desenvolver, em parceria com outros setores governamentais,

com os governos estaduais, municipais e instituições de ensino, atividades que promovem uma maior integração e participação do segmento civil. Essa integração foi facilitada com o advento da internet que permitiu uma ampla divulgação institucional dos assuntos de defesa, encontrando no meio acadêmico importante ferramenta para promover a aproximação do MD com a comunidade acadêmica.

Essa aproximação com o meio acadêmico permite ao MD fomentar e subsidiar pesquisas de relevância que promovem o desenvolvimento da indústria de defesa com a participação efetiva da sociedade, trazendo um benefício mútuo para os meios acadêmico e de defesa.

O Programa Álvaro Alberto de Indução à Pesquisa em Segurança Internacional e Defesa e o PRÓ – DEFESA, garantem a integração entre os meios políticos e acadêmico, ao mesmo tempo em que oferecem atrativos para o debate e o intercâmbio, engajando o meio civil em assuntos de relevância nacional relacionados à defesa, impulsionando a conscientização da sociedade para este tema.

Outra importante ferramenta de conscientização da sociedade é a realização de seminários e Congressos Acadêmicos sobre Defesa Nacional, criando condições para que estudantes civis e militares possam compartilhar seus pontos de vista a cerca do assunto e despertando nos congressistas o interesse por temas relacionados com a Segurança e a Defesa.

A ESG vem desenvolvendo papel protagonista, no âmbito do MD, no que tange a busca de uma maior participação de civis no tema defesa. Ela oferece cursos que abordam diferentes temas abrangendo amplo público alvo, preparando conjuntamente civis e militares para o desempenho de funções de direção e assessoramento de alto nível no campo de defesa. Esses cursos inserem, de forma seletiva, a sociedade no planejamento e desenvolvimento de políticas de médio e longo prazo voltados para a segurança e o desenvolvimento do país.

Aliado a ESG, o MD possui o IBED – IPC que é um órgão de assessoramento direto que trabalha na elaboração de ações que contribuam com a soberania nacional, adensando as relações entre civis e militares, produzindo análise, debates e diálogo gerando conhecimento em conjunto. Desta forma, a atuação do MD junto ao meio acadêmico permite, de forma ampla e abrangente, o despertar da sociedade para a relevância da defesa para o futuro do país.

Outro importante vetor na busca de uma maior integração com a sociedade são os projetos e programas desenvolvidos pelo MD que permitem a execução de ações ligadas a relevantes temas de interesse nacional.

O PROJETO RONDON e o PCN permitem a integração de jovens universitários, convergindo o fortalecimento da cidadania desses estudantes e desenvolvimento de valores cívicos ao mesmo tempo em que aliam o conhecimento técnico na busca de soluções para o desenvolvimento do país em áreas de difícil acesso como a região da Calha Norte do país. Essa integração promove um engajamento direto em assuntos de grande interesse nacional conscientizando o meio universitário da importância da participação civil na defesa nacional.

No mesmo sentido, o POFESP garante a inclusão social de crianças e adolescentes por meio da prática desportiva, juntamente com o PSC que busca devolver o jovem capacitado à sociedade após o término no serviço militar obrigatório. Essa aproximação com as FFAA permite que a criança e o jovem possam desenvolver valores e virtudes como patriotismo e civilidade de forma precoce, gerando um ambiente fértil para uma maior integração entre FFAA e civis.

É notório que o advento da criação do MD e seu protagonismo na busca constante da integração e conscientização da sociedade garantiu um maior esclarecimento e acesso às informações afetas a defesa no seio da sociedade promovendo uma sensível melhora na percepção a cerca do assunto. Entretanto, é evidente que a tardia criação do MD refletiu em uma lenta e relutante aproximação entre os civis e militares exigindo ações amplas no combate a três aspectos que podem ser considerados os grandes óbices para uma perfeita integração que são a desconfiança, o despreparo e o desinteresse.

Os projetos e programas desenvolvidos vem mitigando a desconfiança entre os segmentos civis, permitindo uma maior aproximação e mútuo conhecimento. No que tange o despreparo, os cursos desenvolvidos pela ESG bem como as pesquisas desenvolvidas pelo meio acadêmico permitem uma direcionada capacitação do segmento civil e militar viabilizando o trabalho conjunto no tema defesa.

Resta, como grande óbice a ser vencido, o desinteresse por parte da sociedade nos assuntos de defesa. Partindo da premissa de que o desconhecimento gera o desinteresse, cresce de importância a adoção de medidas pró ativas que proporcionem ampla divulgação e conhecimento a cerca do tema. Neste contexto avultam de importância os órgãos de comunicação social e a mídia, garantindo ampla

divulgação e permitindo o diálogo com representatividade dos mais diversos órgãos, socializando o tema defesa. Só assim poderá o Estado deixar claro ao seu povo que a defesa da nação não se estabelece da noite para o dia, necessitando um planejamento prévio e oportuno, integrando capacidades relacionadas a todo o povo, sejam elas pessoais ou materiais.

É necessário imprimir na sociedade valores comuns que não podem ser mudados de um governo para o outro. É necessário que a defesa esteja entre os Objetivos Nacionais Permanentes onde o povo é parte do sistema e não alheio a ele. Esse objetivo será alcançado se mantendo o MD na vanguarda desta direção, conduzindo os caminhos da nação no tocante aos assuntos de defesa, uma vez que as ações necessárias para se atingir essa meta, ainda que permeiem a vertente militar, exigem ações que só estão ao alcance do nível político.

É correto afirmar que, após quase 20 anos passados desde a criação do MD, percebe-se uma nova postura da sociedade ante os assuntos de defesa, com a participação de civis em espaços que anteriormente eram exclusividade dos militares. Porém, a sociedade ainda tem muito a caminhar tendo como esteio a democracia que permitirá civis e militares cada vez mais se aproximarem, abandonando improdutivos revanchismos de tempos ultrapassados.

A tradição pacífica do Brasil não pode servir como desculpa para o negligenciamento de sua defesa, pelo contrário, deve fortalecer suas instituições na busca constante pela autoafirmação internacional e a manutenção inabalável da soberania do país.

Por fim, podemos concluir que a criação do Ministério da Defesa e sua evolução histórica se constituíram em fundamental ferramenta no processo de integração entre as FFAA e na aproximação contínua entre civis e militares, permitindo a adoção de medidas concretas e efetivas no processo de conscientização da sociedade brasileira sobre os assuntos de defesa que continua em constante evolução.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Leonardo Ramalho Rodrigues. **O Ministério da Defesa está consolidado?** Artigo In: A Defesa Nacional. Nr 800. Bibliex, Rio de Janeiro, 3º quadrimestre, p.44 – 50, 2004.

AMOEDO, Sebastião. **Valores da Sociedade Brasileira: uma interpretação voltada para a Defesa Nacional** 2002. 90 f. Monografia (Especialização em Política e Estratégia-CAEPE) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2002.

AMORIM, Maria Alice Barros Martins. **A problemática da segurança pública na fronteira Brasil e Bolívia com foco no Estado do Mato Grosso**. Rio de Janeiro. ESG, 2012.

BILAC, Olavo. **Acta Primeira**. [Ata de criação da Liga de Defesa Nacional, Rio de Janeiro, 1916]. Disponível em <<http://www.exercito.gov.br/05Notici/paineis/ldn.htm>>. Acesso em 16 fev. 2006

BRASIL. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, n. 125, 1 jul. 2005. Seção 1, p. 5.

BRASIL. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, n. 247, 19 dez. 2008. Seção 1, p. 4.

BRASIL. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, Edição Extra, 10 jun. 1999. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 ago. 2010. Seção 1, p. 1.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha, 2ª ed., Porto Alegre: Artmed, 2007.

D'ARAUJO, Maria Celina. **Militares Democracia e Desenvolvimento: Brasil e América do Sul**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010 a.

BRASIL. **Constituição (1988)**. **Constituição da República Federativa do Brasil**; promulgada em 5 de outubro de 1988; atualizada até a Emenda Constitucional n. 15, de 12-09-1996. 2. ed. São Paulo: R. dos Tribunais, 1997a.

EXÉRCITO. DEPARTAMENTO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO. **Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME**. – Rio de Janeiro, 2012. 36p.



EXÉRCITO. Estado-Maior. **Doutrina Militar de Defesa**. 2. ed. Brasília, DF. 2007.

EXÉRCITO. Estado-Maior. C 20-1: **Glossário de Termos e Expressões para Uso no Exército**. 3. ed. Brasília, DF. 2003.

EXÉRCITO. Estado-Maior. Instruções Provisórias: **Operações Interagências**. I Edição 2011.

EXÉRCITO. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **Manual Escolar Trabalhos Acadêmicos na ECEME**. Rio de Janeiro, RJ, 2012.

EXÉRCITO. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. 3ª edição (revisada) do **Manual Escolar Formação de Trabalhos Científicos**(ME 21-253), edição 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Século XXI**. São Paulo: Nova Fronteira, 1999.

FILHO, JOÃO ROBERTO MARTINS. **O Governo Fernando Henrique e as Forças Armadas**. REVISTA OLHAR - ANO 02 - N. 4 - DEZEMBRO/00.

Freitas, C. A. A. **A Estratégia Nacional de Defesa no contexto da Amazônia Brasileira**. (Dissertação de Mestrado em Ciências Militares). ECEME, Rio de Janeiro, 2011.

GUIRELLI, Wallace de Oliveira. **Desenvolvimento das relações entre civis e militares nos regimes democráticos**. 2003. 76 f. Monografia (Especialização em Política e Estratégia-CAEPE) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2003.

HERZER, ROGER HAMILTON. **As relações entre civis e militares com o advento do Ministério da Defesa e a Política Nacional de Defesa: Como sensibilizar a sociedade brasileira para os assuntos de defesa**. Rio de Janeiro: ECEME, 2006.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares**. Bibliex. Rio de Janeiro. 1996.

MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. **Geopolítica - Introdução ao estudo**. Editora Sicurezza, São Paulo, 2006.

**Figura 7 –**  
Atual  
Estrutura do  
MD  
**Fonte:**

Carlos de Meira. **Geopolítica e Teoria de Fronteiras**. Rio de Janeiro. x, 1990.  
Defesa. **Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança**. Coleção. <http://www.defesa.gov.br> Acessado em 23 de maio de 2005.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais. **Doutrina Militar de Defesa**. 2. ed. Brasília, DF. 2007.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Livro Branco de Defesa Nacional**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2012. 276p.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Estado-Maior de Defesa. **Glossário das Forças Armadas**. 4. ed. Brasília, DF. 2015a.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF. 2012.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF. 2012.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia Setorial de Defesa**. Brasília, 2015.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil**, Vol 1. Brasília, 2004

OLIVEIRA, ELIÉZER RIZZO, **Democracia e Defesa Nacional** . A criação do Ministério da Defesa na residência de FHC. Barueri, SP: Manole, 2005.

PASSOS, ANAÍIS MEDEIROS. **O estado das relações civis-militares no Brasil: Um estudo de caso sobre o Ministério da Defesa**. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

PIMENTA, GABRIEL ALVES. **Defesa e Controle: Uma análise da presença civil no Ministério da Defesa Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

REVISTA MILITAR Nr 2479/2480 - AGOSTO/SETEMBRO 2008 e Nr 2443/2444 - Agosto/Setembro de 2005 Disponível no site <https://www.revistamilitar.pt/>

RODRIGUES, Maria das Graças Villela. colaboração e ampliação José Fernando Chagas Madeira, Luiz Eduardo Possídio Santos, Clayton Amaral Domingues. **Metodologia da Pesquisa**: elaboração de projetos, trabalhos acadêmicos e dissertações. 2 ed. 2005. Rio de Janeiro: EsAO, 2005

SANTOS, CARLOS LÚCIO WALDINO DOS SANTOS. **A evolução da mentalidade de defesa no Brasil e seus reflexos para as Forças Armadas**. Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, RODINEI TARCIANO. **Clausewitz no Ministério da Defesa do Brasil: a Democracia como Comandante da Guerra**. Rio de Janeiro, [200-?]

VASCONCELLOS, ANTÔNIO RAPOSO. **A sociedade brasileira e a Defesa Nacional: uma aproximação após a criação do Ministério da Defesa**. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 2011.